

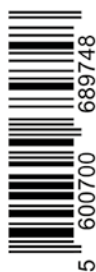
# advocatus

ENTREVISTA

DANIEL PROENÇA  
DE CARVALHO

ADVOGADO ACABA  
DE LANÇAR UM LIVRO  
DE MEMÓRIAS

"Uma das causas da crise da justiça radica na falta de escrutínio exterior"



## JUSTIÇA

### Programa do Governo

Onze advogados dizem o que esperam desta legislatura na Justiça

## TECNOLOGIA

### Mundo da advocacia mais digital

Escritórios têm apostado em ferramentas digitais que lhes permitem aumentar a rentabilidade





UNIVERSIDADE  
PORTUCALENSE

Do conhecimento à prática.

# Portucalense, Direito ao futuro.

Formações Aplicadas 2022



DEPARTAMENTO  
DIREITO

**Formação Aplicada**

. Direito do Trabalho

siga-nos em.



mais informações em.

[www.upt.pt](http://www.upt.pt)

principais parceiros.



JC&A

QUATRECASAS



TELLER



# ADVOCATUS COM "NOVAS VESTES"

**A** *Advocatus* vai mudar. Para celebrar a quinta edição da *Advocatus Summit Lisboa* – um dos eventos mais marcantes do mercado que junta empresas com a advocacia de negócios – a nossa próxima edição de Junho terá um novo grafismo numa altura em que a mudança gráfica já é uma necessidade para o inaugurar de um novo ciclo. Sendo assim, ao fim de quatro anos de *Advocatus* no ECO, a próxima edição de Junho contará com uma nova cara que acredito que agradará os nossos leitores. Para a 5ª edição da *Advocatus Summit* de Lisboa, tal como na última edição, o principal evento que liga a advocacia de negócios aos agentes empresariais e da economia, este ano vai continuar a ser em formato digital

e decorrerá entre os dias 16 a 24 de maio. Por dia, serão divulgados no site da *Advocatus* e do ECO dois painéis diferentes. Este ano, alargamos o leque de patrocinadores, o que muito nos orgulha. TELLES, PLMJ, SRS Advogados, CMS Portugal, Abreu Advogados, Sérvulo & Associados, PRA, Vieira de Almeida, Serra Lopes, Cortes Martins & Associados, Miranda, Cuatrecasas, Morais Leitão e AVM serão os escritórios patrocinadores envolvidos e ainda a Moneris. Distribuídos por várias talks com temas muito diversificados como: “Crescimento da economia e competi-

tividade para o Portugal do pós pandemia”, “Agribusiness em Portugal: tendências e perspectivas de investimento”, “Financiamento sustentável : novos desenvolvimentos”, “Fiscalidade dos criptoativos”, “As Novas Formas de Trabalho nas sociedades de advogados”, “Cibersegurança e ciber-resiliência no novo normal”, “Desafios da nova Lei de Bases do Clima”, “NFTs e Criptoarte”, “ESG: Taxonomia e os Atos Delegados do Clima”, “Licenciamento: necessariamente uma dor de cabeça?”, “Controlo externo e riscos na gestão de fundos europeus”, “Imobiliário: as novas tendências de investimento”, “Whistleblowing e as novas obrigações das empresas e a “A emergência dos ativos digitais”. ●



Por **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Diretora executiva

VAMOS CELEBRAR A QUINTA  
EDIÇÃO DA *ADVOCATUS*  
*SUMMIT LISBOA* – UM DOS  
EVENTOS MAIS MARCANTES  
DO MERCADO QUE JUNTA  
EMPRESAS COM A  
ADVOCACIA DE NEGÓCIOS

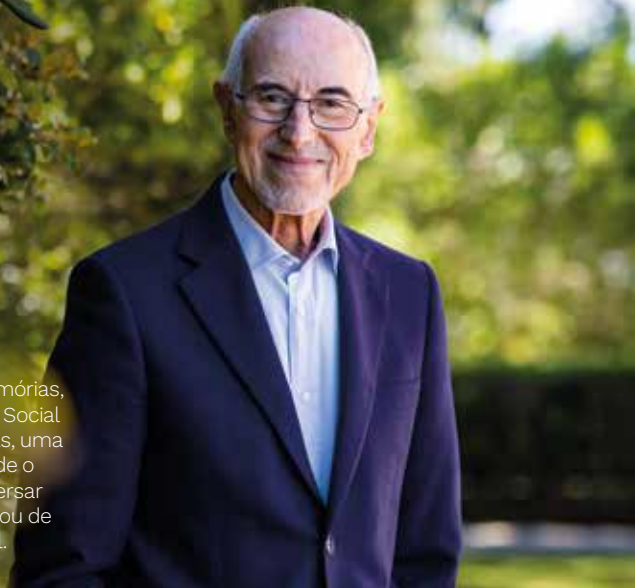
advocatus

**PUBLISHER** SWIPE NEWS, SA **SEDE FISCAL** Avenida D. Carlos I, 2º andar, 1200-649 Lisboa **NIPC:** 513893970 **Nº TELEFONE GERAL** 210119890 **DIRETOR GERAL** Paulo Padrão | paulo.padrão@eco.pt **DIRETOR** António Costa | antonio.costa@eco.pt **DIRETORA EXECUTIVA** Filipa Ambrósio de Sousa | filipa.ambrósio@eco.pt **DIRETOR COMERCIAL** Miguel Nóbrega miguel.nóbrega@eco.pt **DIREÇÃO COMERCIAL NORTE** - Teresa Morgado Loio **ADMINISTRADOR ÚNICO:** João Filipe Poças Paixão Martins **DISTRIBUIÇÃO POR ASSINATURA** Preço: 40 euros (10 edições) *advocatus.geral@eco.pt* **TIRAGEM MÉDIA MENSAL** 2.500 ex. **PERIODICIDADE** Mensal **DEPÓSITO LEGAL** 21725 **Nº REGISTO** ERC 125859 **IMPRESSÃO** ONDAGRAFE, Rua da Serra, nº 1, A - das - Lebres, 2660-202 Stº Antão do Tojal **DISTRIBUIÇÃO** VASP - Distribuição de Publicações, SA **ESTATUTO EDITORIAL DISPONÍVEL EM** [www.advocatus.pt](http://www.advocatus.pt) **PROPRIETÁRIO** Newsengage - Media, Conteúdos e Comunidades, S.A. | Edifício Lisboa Oriente Av. Infante D. HeNrique, 333H, Esc. 37 1800-282 Lisboa T. 21 850 4060 **NIPC** 506.871.711 **DETENTOR DO CAPITAL SOCIAL** Mood Marketing - SGPS, S.A. (100%)

## 06

**ENTREVISTA  
A DANIEL PROENÇA DE CARVALHO**

Daniel Proença de Carvalho acaba de lançar o seu livro de memórias, de quase 60 anos de carreira, "Justiça, Política e Comunicação Social – Memórias do Advogado", que revela, ao longo das 375 páginas, uma análise sobre a Justiça, os media e a política em Portugal, desde o final da década de 1960 até à atualidade. A Advocatus foi conversar com o advogado, que está agora reformado, mas que não deixou de dar a sua visão do mercado da advocacia e da política nacional.



## 20

## ESPECIAL

**TECNOLOGIA DE MÃOS DADAS  
COM A RENTABILIDADE**

Os escritórios de advogados têm cada vez mais apostado em ferramentas digitais que lhes permitem aumentar a rentabilidade. A eficiência, acessibilidade, atração de talento e até a gestão de valor para os clientes são alguns dos benefícios apontados.



## 58

**SOCIEDADE DO MÊS  
MAIO LEGAL**

O sócio Luís Moraes Cardoso contou todos os pormenores sobre a integração da SMCA. Com escritórios em Lisboa e no Porto, o advogado considera que as diferenças que tradicionalmente existiam entre ambos os mercados vão-se "esbatendo". No futuro a firma pretende apostar nas áreas de financeiro e energia, e reforçar ainda as áreas de fiscal e de ambiente.

## 26

## JUSTIÇA

**PROGRAMA DE GOVERNO**

Um programa que tende a defender a transparência, com enfoque no combate à corrupção mas que fica aquém das expectativas. Estas são algumas das linhas gerais da avaliação feita pelo bastonário dos advogados e mais dez profissionais dos principais escritórios portugueses.

## 44

## ADVOGADO DO MÊS

**CARLA AZEVEDO GOMES**

A sócia da SPS admitiu que não há uma característica específica para desempenhar melhor o papel de sócio. Sobre a recente nomeação como *equity partner*, a advogada confessa que "tudo se desenrolou de forma natural" e "respeitando os *timings* da sociedade".

## 36

## LEADERS LEAGUE

**RANKING MELHORES FIRMAS DE 2022**

Divulgado em primeira mão numa parceria com o *ECO/Advocatus*, o ranking dá a conhecer os melhores escritórios de advogados em cinco categorias.



## 74

**AS ESCOLHAS DE...**  
**JÓÃO RICARDO NÓBREGA**  
Sócio da RSA





Faça como nós:  
**encontre de forma  
eficiente e eficaz**

**Para o sucesso profissional dos advogados**

**JusNet** a melhor solução de informação jurídica



Pesquisa  
inteligente



Todo tipo de conteúdos:  
legislação, jurisprudência,  
formulários, doutrina,  
referências bibliográficas,  
entre outros



Facilidade de consulta



Onde  
quiser

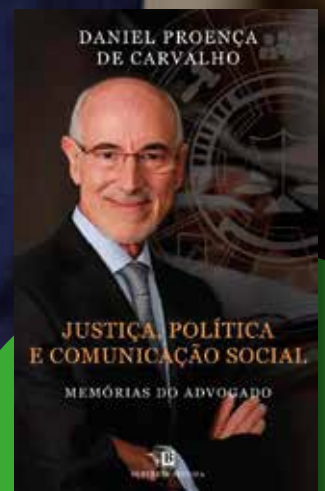
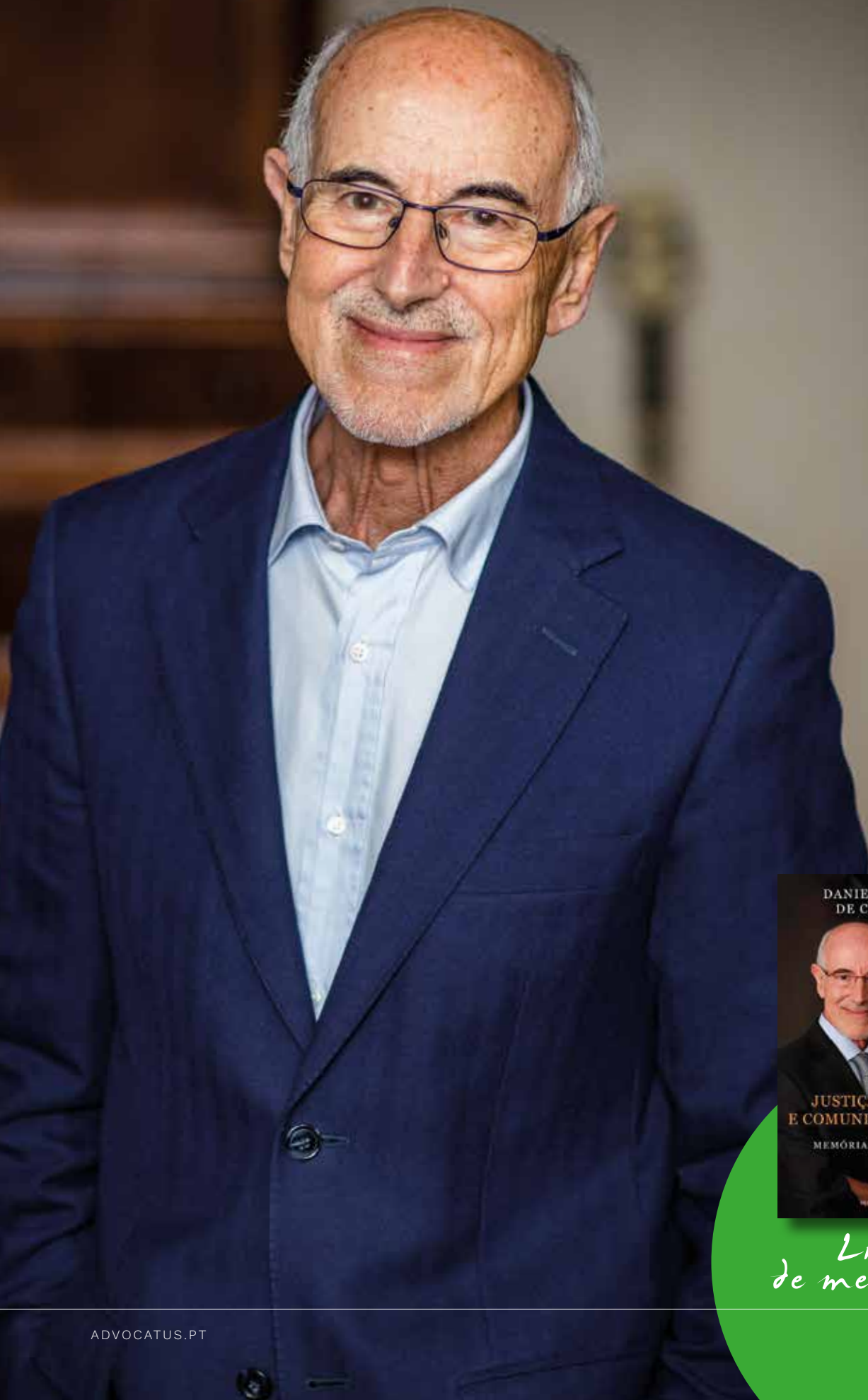
## Entrevista

Daniel Proença de Carvalho

# "Uma das causas da crise da justiça radica na falta de escrutínio exterior"

Daniel Proença de Carvalho acaba de lançar o seu livro de memórias, de quase 60 anos de carreira, intitulado “Justiça, Política e Comunicação Social – Memórias do Advogado”, que revela uma análise sobre a Justiça, os media e a política em Portugal, desde o final da década de 1960 até à atualidade. A Advocatus foi conversar com o advogado, que está agora reformado, mas que não deixou de dar a sua visão do mercado da advocacia e da política nacional, defendendo que o PSD precisa de uma reforma urgente, mostrando-se pouco crente no espírito reformista deste novo António Costa com maioria absoluta. O advogado aproveitou ainda para esclarecer, na sua opinião, qual deve ser o papel e caminho da Iniciativa Liberal. O ex-presidente da Uría Menéndez – Proença de Carvalho diz que há um elemento que explica o que chama de “fracasso” do sistema judicial que é a ausência de escrutínio e por não haver responsáveis pela “performance do sistema”. E não deixa de apontar o dedo às relações demasiado próximas entre alguma magistratura e o Ministério Público.

TEXTO FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA  
FOTOGRAFIAS HENRIQUE CASINHAS



*Livro  
de memórias*

**Como tem passado os seus dias desde que se reformou?**

Muito bem. A reforma coincidiu com a pandemia, passei o confinamento no Alentejo, onde eu e a minha mulher temos uma empresa agro-pecuária. Deu para viver o tempo da natureza, a evolução das plantas, a transformação das cores do campo, a chegada e a partida das aves.

Muito bom. E tive tempo, bem raro de que me privei durante talvez demasiados anos. Mais música, mais cinema, mais leitura e a escrita de um livro.

**Vamos começar pelo seu livro que, apesar de revelar uma vida cheia em vários sectores, a Justiça é o tema mais recorrente. A sua desilusão com a Justiça nunca o levou a desistir de ser advogado?**

Não, desde logo porque precisava de trabalhar e não conheço profissão melhor. E as dificuldades e algumas desilusões deram-me alento para continuar a luta pelo direito e pela Justiça.

**Este livro é também uma espécie de resposta a quem o tentou “derrubar”? Não só pelo conteúdo do livro mas também pelo impacto e receptividade?**

Sinceramente, até tenho dificuldade em perceber a pergunta. Escrevi sem um objectivo, mais a pensar nos meus netos, sempre gostei de lhes contar histórias, agora queria contar-lhes um pouco do que andei a fazer por cá. Fiquei surpreendido com o impacto e a receptividade que o livro está a ter.

**O que falta actualmente na Justiça? Prestação de contas por parte de ambas as magistraturas?**

Neste livro não pretendo fazer uma análise sobre o estado da justiça, nem das causas da quebra de confiança que a afecta, menos ainda faço quaisquer propostas de reforma. Propostas fi-las em múltiplas ocasiões e em diversos fóruns em que participei, sem grande resultado, reconheço. O livro é a descrição de experiências que vivi nas três áreas em que tive intervenção pública: Justiça, Política, Comunicação Social. Os leitores tirarão ou não as conclusões que entenderem.

Mas sim, uma das causas da crise do sistema radica na falta de escrutínio exterior, de lideranças que corrijam os erros e as insuficiências, as instituições fechadas sobre si próprias dificilmente evoluem e progridem.

Fizemos grandes progressos na saúde, na educação, na Segurança Social, nas infraestruturas, a Administração Fiscal tornou-se muitíssimo eficiente, por que razão não conseguimos os mesmos resultados na Justiça? A esta questão não tem sido encontrada uma resposta convincente. A meu ver, o fracasso tem a ver exatamente por não haver responsáveis pela performance do sistema, ao contrário do que sucede com as outras funções do Estado, que têm ministros responsáveis, que respondem perante o eleitorado, pelo menos de 4 em 4 anos.

**A Justiça que existe hoje é mais benéfica para os menos conhecidos e menos para os mais “poderosos”?**

As generalizações são quase sempre redutoras quando não falsas. Os casos que constam do livro são de pessoas de enorme mérito, com sucesso nas áreas em que intervieram ou ainda intervêm, que foram vítimas de perseguições -- antes do 25 de Abril, no PREC e depois --.

Em todos eles presente-se um preconceito, uma cultura de ressentimento anti-elitista, para não dizer “populista”;

“CLARO QUE A  
COMUNICAÇÃO  
SOCIAL É  
MANIPULÁVEL,  
PELOS PATRÕES  
(PÚBLICOS OU  
PRIVADOS),  
PELAS FONTES,  
PELO MERCADO”









acredito que se não fossem pessoas categorizáveis de “poderosos”, os processos teriam caído à nascença por falta de motivo. O que não significa que as coisas funcionem melhor quando se trata de pessoas anónimas. Aliás sempre notei uma diferença entre a justiça criminal e a justiça cível ou comercial.

Nestas áreas, pode haver muita morosidade, por vezes incompetência, mas não senti paixões, estados de alma, preconceitos, como senti nos casos criminais. Além de que para o contencioso civil e comercial há a alternativa da jurisdição arbitral, que tem crescido e se tornou solução para os casos mais complexos.

**Fala num ponto interessante no livro que é alguma postura de complexo social por parte dos actores da Justiça.**

**Quer concretizar?**

A magistratura perdeu estatuto social e isso é mau. Deveria ser melhor remunerada, deveria atrair talento, não deveria ser uma carreira, mas antes ser aberta, com a entrada de juristas de mérito com experiências diversificadas. Encontrei magistrados que olham com desconfiança e até animosidade contra os advogados, os empresários, com estatuto económico elevado.

**Foi o autor da descrição dada ao juiz Carlos Alexandre de “super juiz dos**

**tablóides”. Se o tivesse aqui à sua frente, sem filtro, sem diplomacia, o que lhe diria?**

Risos... Talvez lhe sugerisse que lesse o meu livro, meditasse sobre uma frase de Salgado Zenha, que cito de memória “*Para ser juiz não basta usar a veste de juiz, é preciso ter alma de juiz*”.

E tivesse presente o que sucedeu aos “super-juizes” António di Pietro, Baltasar Garzón, Eva Joli, Sérgio Moro...

**Não resisto a fazer-lhe uma questão – tendo passado pela comunicação social em décadas bem diferentes – se concorda que a comunicação social é manipulável?**



**Se sim, por quem, em concreto? Pelos respectivos conselhos de administração ou pelas fontes?**

Claro que é manipulável, pelos padrões (públicos ou privados), pelas fontes, pelo mercado. Mas considero que em Portugal existe abundante pluralismo nos media em geral, os jornalistas gozam de independência, há comentadores das várias correntes de opinião, só se deixa enganar quem gosta de ser enganado.

Mas, claro, também há muita mentira, enviesamento, ataques pessoais, alguns ódios, especialmente nas redes sociais, onde não existem filtros.

**O seu livro não fala da sua passagem pela Uría. Alguma vez se arrependeu dessa fusão?**

Não, de modo algum. O livro é uma pequena, pequeníssima parte, das experiências por que passei. Não falei da Uría por não ter vindo a propósito. Aliás, continuei a fazer parte do Patronato da Fundação Professor Uría e até presido ao Prémio Rodrigo Uría que anualmente distingue trabalhos na área do direito da arte.

**O seu nome permanece na sociedade. Tem lá o seu filho Francisco como sócio. O nome Proença de Carvalho é para continuar neste escritório Internacional?**

Já não sou sócio do escritório, não tenho voto nem influência nas suas decisões.

**Como vê o futuro próximo dos escritórios de advogados? Ainda há espaço para crescerem muito mais?**

A advocacia é um serviço absolutamente necessário aos cidadãos, às empresas e até ao sector público (com o qual nunca trabalhei como advogado).

Os escritórios cresceram porque houve procura dos seus serviços. Numa economia de mercado, nunca sabemos se a procura continua ou não a crescer. Acredito que se o País continuar a crescer economicamente, os serviços de advocacia terão de acompanhar.

Quando comecei a minha carreira de

**“A IL deve estar disponível, para cooperar com os partidos do centro, com o PSD e com o PS”**

advogado ninguém imaginava o enorme desenvolvimento e sofisticação que a advocacia veio a conhecer.

**Lembro-me que foi muitas vezes “candidato” a candidato para ocupar o cargo de PGR. Isso foram só meros boatos ou ia mesmo acontecendo? Nunca, jamais isso esteve para acontecer.**

**Qual foi para si o melhor ou a melhor PGR desde a nossa democracia? Cunha Rodrigues sei que acha que não foi...**

Não vou classificar os magistrados que passaram pela PGR, com perfis muito diferentes. Na minha opinião falta experimentar alguém que não pertença às corporações, com um olhar de fora do sistema, com outras experiências de vida.

**Concorda que um dos problemas da Justiça actualmente é o facto de termos juízes de instrução mais acusadores do que juízes dos direitos, liberdades e garantias?**

Quem passou ou passa pela Justiça Criminal sabe que existe uma excessiva proximidade (para não utilizar outro termo menos simpático) entre o Ministério Público e os juízes de instrução criminal; vivem paredes meias, sentam-se no mesmo plano, superior ao dos advogados,, almoçam juntos, vivem o mesmo ar. Isso não é saudável. É claro que não há “igualdade de armas” entre acusação e defesa; o Ministério Público tem privilégios, alguns que resultam da lei, por exemplo, da decisão de pronúncia, a defesa não pode recorrer, mas de não pronúncia o Ministério Público já pode. Em boa verdade, a fase da instrução está desprovida de real conteúdo, especialmente quando os inquéritos duram uma eternidade, sem prazos, acumulando milhões de páginas.

**Foi alvo, pontualmente, de alguma imprensa mais agressiva. Alguma vez pensou em processar algum jornalista ou jornal?**

Não, nunca processei jornalistas ou comentadores, mesmo quando me fizeram ataques pessoais, com puras mentiras

ou grosseiras deturpações da verdade. É um preço que temos de pagar quando tomamos atitudes contra a corrente.

**Escreveu no final do seu livro que a Ucrânia ficará sozinha. Depreendo que acha que a NATO e a UE estão a fazer pouco por este País?**

Terminei a escrita do livro antes da invasão. Quando o livro estava a entrar em impressão, pedi ao editor que me permitisse acrescentar uma pequena nota sobre o tema. Quando a escrevi não tinha ainda havido a enorme onda de solidariedade com o povo ucraniano. Acho que a NATO e a UE estão a fazer o possível para ajudar a Ucrânia sem provocar um conflito generalizado. Claro que é terrível a Europa e a América estarem tolhidos perante uma agressão tão brutal como a que Putin desencadeou. Mas a Europa e em especial a Alemanha podem e devem fazer mais para ajudar a Ucrânia.

**Falemos de política nacional. A maioria absoluta é melhor do que ter sido relativa?**

Acho que as maiorias absolutas são preferíveis à instabilidade de governos sem apoio parlamentar maioritário. E geram maior responsabilidade aos chefes do Governo.

**Em entrevista ao Negócios mostrou-se céptico em relação à capacidade reformista de António Costa. Porquê?**

Portugal tem um problema que os 48 anos de democracia não conseguiram resolver: o fraco crescimento económico que não permite financiar os sistemas públicos de apoios sociais, a saúde, a educação, a Segurança Social, as infraestruturas. Só o conseguimos com o apoio da UE e o recurso ao endividamento e mesmo assim tivemos três crises da dívida pública que nos obrigaram a recorrer à assistência financeira sob a égide do FMI. Países que saíram da órbita soviética, muito mais pobres do que nós, estão a ultrapassar-nos. Para superar este gravíssimo problema, precisamos de reformas de pendor liberal: menos Estado, melhor Administração Pública, menos carga fiscal, mais investimento privado, externo e interno, mais liberdade económica.

Estas reformas, o PS não as fará.

“O fracasso da justiça tem a ver exatamente por não haver responsáveis pela performance do sistema”

**Concorda com Cavaco Silva que disse há dias que Costa não tinha coragem política para isso?**

Não é uma questão de coragem. Em boa verdade, o Prof. Cavaco também não fez essas reformas, os partidos da direita também não estão isentos dessa responsabilidade. A questão é mais profunda, não há um ambiente cultural propício às reformas.

Pelo contrário, a cultura dominante, incluindo na comunicação social, na Justiça, na opinião pública, é hostil às reformas. Basta ver que a solução preconizada para os problemas que nos afectam é sempre a exigência de mais meios para a Administração Pública, a começar pela Justiça. Se fôssemos a atender às reivindicações de mais meios que todos os sectores do Estado fazem diariamente, lá iríamos cair mais uma vez nos braços dos credores.

**Ter trocado Siza Vieira por António Costa Silva foi um erro de casting de Costa?**

Pedro Siza Vieira foi um excelente ministro, viu-se a sua eficácia no apoio às empresas durante a pandemia. É uma pessoa muito inteligente, com uma experiência diversificada no mundo das empresas, com capacidade de realização.



**Foi advogado de José Sócrates antes da Operação Marquês. Porque não fala de uma das personalidades mais controversas que foi, no seu livro?**

Não falo de José Sócrates, como não falo de outros Primeiros Ministros que conheci e de quem fui advogado, por nenhuma razão especial.

Apenas porque escrevi sobre experiências marcantes por que passei e nessas não estava José Sócrates, até porque não tive com ele qualquer interacção política. Se tivesse escrito sobre os políticos que conheci, o livro seria outro e sobre José



Sócrates teria dito que o conheci num programa da SIC da Margarida Marante, em que, além de eu e ele, participava Paulo Portas; normalmente estávamos em discordância, mas logo me apercebi de que estava perante um político muito preparado, muito trabalhador, com uma visão para o País que o futuro veio a reconhecer acertada e que foi “atropelado” pela maior crise financeira e económica desde 1929.

E poderia dizer muito mais dele e doutros primeiros-ministros, mas isso seria outro livro.

**A justiça tem sido utilizada como arma política?**

Em todos os momentos históricos houve casos de utilização da justiça como arma política, é uma constante desde que há humanidade.

**Foi diretor de campanha de Freitas do Amaral e próximo de Mário Soares. Qual o marcou mais?**

Mário Soares é a grande figura da democracia, deu um contributo inestimável para a normalização democrática, para a nossa entrada na União Europeia, foi

“FALTA  
EXPERIMENTAR  
COMO PGR ALGUÉM  
QUE NÃO PERTENÇA  
ÀS CORPORações,  
COM UM OLHAR DE  
FORA DO SISTEMA,  
COM OUTRAS  
EXPERIÊNCIAS  
DE VIDA”



1.



2.



3.



4.



5.



6.

1. O advogado com Amália Rodrigues; 2. A tocar com Pinto Balsemão; 3. No Rock 'n Law, com o filho Francisco; 4. Com o Papa João Paulo II; 5. Na companhia de Jaime Gama e Salgado Zenha; 6. Acompanhado por Natália Correia



7.



8.

“A nossa direita precisa urgentemente que o PSD encontre um rumo e uma liderança com visão reformista, com projeto distanciado da extrema-direita”



9.



10.



12.



11.

7. Com Carlos Mota Pinto, no Parlamento; 8. A cumprimentar o presidente da Índia; 9. Na campanha presidencial de Freitas do Amaral; 10. Com Cavaco Silva, em Belém; 11. Na apresentação do seu livro, a 7 de abril deste ano; 12. Com Mário Soares

um inflexível lutador pelas liberdades e pelo Estado de Direito. Um homem providencial no tempo que viveu.

Freitas do Amaral foi também um político coerente e corajoso na defesa dos valores da democracia cristã em que acreditava. Um homem muito inteligente, um professor brilhante que ensinava direito e ciência política com uma clareza invulgar. Um amigo sempre.

**Esteve filiado no PCP, vai para o PS após o 25 de Abril e depois desfilia-se. Atualmente já teceu elogios à IL. E o PS e o PSD? Como os define, tal como são actualmente?**

Quem vive muitos anos, em momentos históricos muito diferentes, evolui na sua visão do Mundo. Na frescura da minha juventude, acreditei nos “amanhãs que cantam”. Quando se deu o 25 de Abril há muito que a ideologia comunista me tinha desiludido por completo. Passei a acreditar na democracia política pluralista, no Estado de Direito e na economia de mercado. Continuo fiel a esses princípios. A nossa direita fraccionou-se, o seu espaço foi envenenado pela extrema-direita, precisa urgentemente que o PSD encontre um rumo e uma liderança com visão reformista, com projeto claramente distanciado da extrema-direita. A Iniciativa Liberal tem um papel na afirmação de uma cultura de maior abertura à iniciativa privada, sem cair em radicalismos que não encontram expressão na nossa sociedade. E deve estar disponível, para cooperar com os partidos do centro, com o PSD e com o PS, desde que isso seja útil para a sua visão.


**Por fim pergunto-lhe uma pergunta difícil. De todos os casos que descreve no seu livro, que patrocinou como advogado, qual foi o mais desafiante (pelo bom ou pelo mau)?**

Sim, a resposta é difícil.

Marcou-me muito o “processo da Herança Sommer”, talvez por ter sido o primeiro grande embate com a Justiça e a desilusão que daí resultou. Mas todos os casos que relato no livro me marcaram, pela enorme dificuldade em fazer vingar a razão e a justiça, na defesa de pessoas vítimas de gravíssimos atropelos aos seus direitos. ●







“Encontrei magistrados que olham com desconfiança e até animosidade contra os advogados, os empresários, com estatuto económico elevado”

# Mercado de Fusões e Aquisições: entre o otimismo e o calculismo

Por MARTA ROMANO DE CASTRO



Sócia da Abreu Advogados

NO FINAL DE 2021 AS EXPECTATIVAS PARA OS PRIMEIROS seis meses de 2022 eram de um aumento da atividade de fusões e aquisições, nomeadamente em setores como as energias renováveis, imobiliário, construção, telecomunicações e Tecnologias, decorrente de uma maior previsibilidade de concentração dos fundos comunitários (no âmbito do PRR) nestes setores.

Após um período de pandemia em que a economia se retraiu, as perspetivas para 2022 eram animadoras, como se comprovou no início de fevereiro deste ano com a projeção de crescimento da economia europeia. Segundo os dados da Comissão Europeia era esperado que esta retomasse a trajetória de subida já no próximo trimestre, com um crescimento de 4% em 2022.

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro e o início de um conflito, que ainda não tem fim à vista, é expectável que possa haver um natural abrandamento quer ao nível do crescimento das economias europeias, quer do mercado global de fusões e aquisições.

De acordo com o *Wall Street Journal* algumas empresas estão a levar mais tempo a analisar potenciais negócios, uma vez que este conflito, e a incerteza que dele advém, tem resultado num maior calculismo da parte dos investidores, e com ele um aumento das diligências exigidas para avaliação dos riscos financeiros e legais.

Os processos de *due diligence* adicionais poderão ser uma das soluções para inverter o abrandamento no mercado, ao assegurarem uma avaliação mais profunda dos riscos que os impactos indiretos do conflito possam ter nas projeções efetuadas, mitigando os mesmos através da revisão da base para o cálculo do preço optando por

**"Perspetivam-se várias oportunidades num conjunto importante de setores do mercado nacional, com destaque para o energético que poderá ter uma ainda maior dinâmica neste ano"**

um *earn out* futuro de forma a não penalizar os investidores.

Apesar destes procedimentos adicionais que poderão ser necessários para a realização das transações, mantém-se um grau de otimismo elevado entre os *players* do setor em Portugal, pelas boas indicações que têm sido dadas por alguns importantes setores da economia, como por exemplo o Turismo, e pelas previsões do Banco de Portugal e do Conselho de Finanças Públicas que, em março, ainda que com uma revisão em baixa, continuam a apontar para um crescimento da economia portuguesa na ordem dos 4,9% e 4,8%, respetivamente.

Perspetivam-se várias oportunidades num conjunto importante de setores do mercado nacional, com destaque para o energético que, apesar de tradicionalmente ter um papel importante no mercado de M&A, poderá ter uma ainda maior dinâmica neste ano, face ao conflito na Ucrânia mas também à transição energética e climática que tem sido uma prioridade de várias organizações e que é, inclusivamente, um dos pilares do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Além da energia, também o setor da tecnologia, com a urgência da transformação digital nas empresas e a implementação do 5G, continua a demonstrar uma grande força ao nível das transações de M&A, juntamente com a construção e as infraestruturas, impulsionado pelo investimento decorrente do PRR e pela possível (e expectável) operacionalização do anunciado Plano Ferroviário Nacional.

A juntar a estes setores, importa referir também a importância dos investimentos em unidades de participação dos Fundos de Investimento que continuarão com saldo positivo em 2022, sendo que só este ano a valorização já ronda os 700 milhões de euros.

Assim, olhando transversalmente para as perspetivas de M&A, o calculismo resultante do conflito na Ucrânia é acompanhado por um otimismo generalizado do mercado e por uma multiplicidade de oportunidades nos mais diversos setores. Há que saber (e conseguir) aproveitá-las. ●



# Justiça seja feita: com mais de 4 mil clientes, somos o parceiro ideal.

Partilhamos com mais de 4000 clientes e parceiros as suas metas e desafios. As suas conquistas são as nossas e é este compromisso que faz a nossa reputação e sucesso.

Vivenciamos um conjunto de valores que definem a nossa identidade e que guiam as nossas ações. São estes que nos tornam líderes na prestação de serviços de contabilidade, consultoria e apoio à gestão, honrando-nos em ter o reconhecimento não apenas dos nossos clientes, mas também dos nossos parceiros de áreas complementares do conhecimento e do saber.

Atuamos como um verdadeiro parceiro, contando com profissionais altamente qualificados e com serviços diferenciados, suportados por centros de competência que detêm o conhecimento e a especialização em áreas transversais da gestão, essenciais para o desenvolvimento dos negócios e das empresas.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios suportada por, aproximadamente, 300 consultores.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance – com presença em mais de 100 países em todo o mundo, ampliando assim a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

## moneris

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

[moneris.pt](http://moneris.pt)

A member of



Independent legal & accounting firms

europa  
áfrica  
américa  
ásia  
oceania

portugal

lisboa  
porto  
faro  
aveiro  
bragança

leiria  
santarém  
setúbal  
vila real  
viseu

# Tecnologia

## DE MÃOS DADAS COM A RENTABILIDADE DOS ESCRITÓRIOS

O mundo está mais tecnológico do que nunca e as empresas tiveram de se adaptar à nova realidade. Os escritórios de advogados têm cada vez mais apostado em ferramentas digitais que lhes permitem aumentar a rentabilidade. A eficiência, acessibilidade, atração de talento e até a gestão de valor para os clientes são alguns dos benefícios apontados.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**  
Fotografias **D.R**

**O**s sistemas tecnológicos passaram a fazer parte das empresas e a serem ferramentas essenciais no desenrolar das suas atividades. Numa era dominada pela tecnologia, o volume de informações e dados é um desafio para as empresas.

Também no setor da advocacia têm-se verificado um impacto das tecnologias, onde os escritórios pugnam por encontrar novas ferramentas e onde o desenvolvimento tecnológico assume-se como um fator fundamental na evolução da prestação de serviços.

Desde eficiência, acessibilidade à atração de talento, vários são os benefícios para os escritórios na aposta em ferramentas tecnológicas, como robots e sistemas de gestão documental e de segurança.

“Ao longo dos anos as inovações tecnológicas têm contribuído para revolucionar a forma como as atividades produtivas se desenrolam. Os benefícios para o setor da advocacia são inúmeros e em tudo seme-

lhantes aos benefícios que a tecnologia tem vindo a aportar em tantos outros setores de atividade”, começou por referir Ricardo Alves Silva, sócio e membro do Conselho de Administração da Miranda & Associados. Para o advogado, a eficiência é o benefício mais evidente em todas as suas vertentes e com todas as suas vantagens.

Já o sócio António Pina e a *chief operating officer* da Abreu Advogados Matilde de Mello Cabral consideram que o recurso a meios tecnológicos permite a acessibilidade e partilha de informação a todo o tempo e em qualquer lugar e possibilita formas de trabalho colaborativas e em equipa.

“Através de ferramentas que permitem sistematizar e automatizar tarefas burocráticas e repetitivas, ou mesmo serviços *standard*, consegue-se uma otimização do trabalho e do tempo das equipas, libertando os advogados para as questões mais complexas e que requerem soluções mais inovadoras, acrescentando assim mais va-



lor ao tempo despendido com cada cliente”, explicaram.

Os profissionais da Abreu destacaram ainda que através de ferramentas e aplicações de *data mining* e *machine learning* consegue-se analisar e sistematizar dados e informação numa escala e com uma rapidez “que vai muito para além daquilo que são as capacidades humanas”.

Considerando que a transformação digital e tecnológica é uma prioridade das sociedades de advogados, João Leitão Figueiredo, sócio de TMC da CMS, sublinha que esta já não é uma opção mas antes uma exigência. Ainda assim, o advogado destaca que a advocacia é um “negócio de pessoas e para pessoas” e por isso o principal ativo são os profissionais.

“É essencial dotar os advogados de conhecimento para que possam utilizar os meios tecnológicos mais avançados. Com a implementação das ferramentas tecnológicas adequadas será possível prestar um serviço mais eficiente, com valor efetivamente acrescentado e de superior qualidade. Sendo esta uma exigência do mercado, é, sem dúvida, fundamental para garantir a competitividade no setor em que atuamos”, refere João Leitão Figueiredo.

Atrair talento e gerar valor para os clientes são alguns dos benefícios apontados por Carlos Coelho, diretor de Inovação e Conhecimento da Morais Leitão. “A principal vantagem em aliar ferramentas tecnológicas aos métodos de



**Carlos Coelho**  
Diretor de Inovação e  
Conhecimento da Morais Leitão



### António Pina

Sócio da Abreu Advogados

trabalho é gerar valor para os clientes, o que acontece principalmente porque estas ferramentas reduzem significativamente o tempo para identificar/analisar documentação e, em tarefas com grande volume de documentação ou de rotinas manuais, o erro humano, ainda que não dispensem o saber jurídico dos advogados”, explicou.

Carlos Coelho sublinhou também que, atualmente, existem tarefas em que a utilização de uma ferramenta tecnológica “se torna crítica para o seu sucesso”. Isto leva a que o cliente “valorize uma proposta” em que a abordagem jurídica esteja suportada por uma ferramenta tecnológica.

Para além dos sistemas que são “padrão” a qualquer escritório nos dias de hoje, vários são os sistemas tecnológicos, ferramentas e programas informáticos que as sociedades de advogados têm vindo apostar. Por exemplo, na Abreu, têm sido implementados e desenvolvidos vários projetos tecnológicos como programas transversais de *data enhanced knowledge* ou *e-discovery*, através dos quais têm aumentado a eficiência do escritório, por exemplo, em projetos de concorrência, *compliance* ou M&A; e a integração de um robot - o TOM: *Time Optimal Manager* -, que tem vindo a automatizar a consulta e partilha de notificações e gestão de prazos dos portais CITIUS e SITAF e, com isso, ajudado as equipas em tarefas burocráticas, “libertando-as para outro tipo de trabalho de maior valor acrescentado”.



“Estamos também a desenvolver um *software* proprietário “Abreu 360” que nos permitirá gerir de forma integrada todo o nosso processo de prestação de serviços, desde a verificação de conflitos de interesse até à emissão da fatura final e controlo da qualidade do nosso serviço”, contaram António Pina e Matilde de Mello Cabral.

Mas a segurança é também uma aposta do escritório liderado por Inês Sequeira Mendes, que através de uma constante monitorização efetuada pelo *Security Operations Centre* garante a segurança das operações, previne ataques informáticos e protege os dados e informações que gerem.

Na Miranda devido ao número de clientes internacionais desde cedo que decidiram apostar em meios tecnológicos adequados às necessidades. Alternado entre períodos de maior e menor investimento, o escritório tem estado ao longo das últimas décadas focado na adoção das melhores ferramentas do

mercado.

“Neste momento contamos com um leque bastante alargado de ferramentas com diferentes finalidades, tanto de apoio à produção de conteúdos jurídicos como de apoio à gestão operacional e financeira da firma. Estas últimas ferramentas têm tido mais preponderância nos últimos tempos, mas acreditamos que progressivamente, e com a evolução natural da tecnologia já existente, os próximos investimentos voltem a estar mais focados em ferramentas de apoio à produção”, explicou Ricardo Alves Silva.

Também já há mais de duas décadas a recorrer a ferramentas tecnológicas, na Moraes Leitão foi o crescimento do número de *fee earners* e a necessidade de monitorizar o negócio nas diversas dimensões levou a sociedade a apostar num ERP que foi evoluindo ao longo dos anos para acomodar a própria evolução da sociedade. Já no plano documental, a necessidade de ter uma plataforma que os permitissem gerir os documentos, o



## Com a aposta em novos sistemas e ferramentas tecnológicas, os escritórios apostam na formação dos advogados para que estejam familiarizados com os mesmos.

viço ao cliente.

“O recurso a plataformas colaborativas de trabalho como o Lupl, desenvolvido pela CMS, em parceria com a Cooley e a Rajah & Tann Asia, e que ficou 100% operacional no final do ano passado, não foi alheio aos desafios que a aplicação destas novas formas de trabalhar implicam, em particular, na conciliação com os princípios deontológicos”, assegurou João Leitão Figueiredo.

À *Advocatus*, o sócio referiu que este é o ano de afirmação e implementação da plataforma Lupl, disponível em IOS e Android, que tem por objetivo tornar mais fácil e eficiente que clientes e advogados trabalhem em conjunto. “Não substitui os sistemas existentes, antes congrega-os num espaço único, seguro e que permite dar, em tempo real, um *overview* 360 de todos os assuntos, esteja a trabalhar no escritório, em casa, no café ou em viagem”, acrescentou.

### FORMAÇÃO DE ADVOGADOS

Com a aposta em novos sistemas e ferramentas tecnológicas, os escritórios apostam também na formação dos advogados para que estejam familiarizados com os mesmos.

“A sociedade tem um programa de formação para todos os advogados que en-

tram na sociedade. Relativamente às ferramentas do domínio Microsoft e à gestão documental, a formação é ministrada pela direção de TI; quanto às ferramentas de Legal Tech, a formação é ministrada pela equipa de Inovação”, explicou Carlos Coelho, diretor de Inovação e Conhecimento da Morais Leitão.

Também na Abreu Advogados, a implementação de qualquer sistema tecnológico é acompanhada pela formação dos profissionais de forma a tirar o “máximo partido” das funcionalidades das novas tecnologias. Estas formações são, normalmente, administradas por equipas mistas compostas por membros dos parceiros tecnológicos do escritório e das equipas internas.

À *Advocatus*, Ricardo Alves Silva, sócio da Miranda, explicou que os fornecedores procuram dar um acompanhamento mais próximo e regular das soluções que vendem. Sempre que uma ferramenta nova é introduzida as formações iniciais ficam a cargo do fornecedor e posteriormente promovem formações internas regulares para “potenciar a utilização adequada das ferramentas” de que dispomos e que são dadas pela equipa interna de IT.

“O fenómeno da transformação digital - fundamental para potenciar a adoção de novas ferramentas tecnológicas - tem várias vertentes que não podem ser descuradas. Sendo na grande maioria das vezes um desafio mais cultural do que técnico, o nosso investimento em formação não está



**João Leitão Figueiredo**  
Sócio de TMC da CMS

seu versionamento e a sua segurança também os motivou, desde cedo, a um investimento numa plataforma de *document management*.

“Estas duas plataformas são, na minha opinião, as mais importantes no que diz respeito ao funcionamento interno da sociedade e após estas implementações fomos construindo um autêntico *puzzle* de aplicações que vão encaixando à medida das necessidades da sociedade e dos clientes”, sublinhou Carlos Coelho.

Para além da ERP e do *document management system*, a Morais Leitão dispõe dos sistemas: *document automation*; *automatic time capture*; *ediscovery*; *AI document Review*; *transaction management platform*; *legal research databases*; *business intelligence*.

Apesar de sempre ser uma aposta da CMS, só a partir do quinquénio 2015-2020 é que o movimento tecnológico se fez sentir, tendo aumentando exponencialmente com a evolução da importância da tecnologia para a prestação de um melhor ser-



**Ricardo Alves Silva**  
Sócio e membro  
do Conselho de  
Administração da Miranda

apenas focado na formação das ferramentas que utilizamos, mas também na forma como promovemos iniciativas para a sua adoção plena pelos colaboradores”, sublinhou o sócio.

Na CMS, a introdução de qualquer mecanismo “obriga” a que seja percorrido um caminho, que vai permitir que a utilização dos recursos empregues tenham retorno. “Acreditamos, na CMS, que efetuamos uma forte aposta na formação contínua dos nossos advogados, de uma forma coordenada e progressiva, em colaboração com os nossos parceiros externos”, acrescentou João Leitão Figueiredo.

Sempre que existe um novo projeto a ser implementado a Abreu Advogados dispõe de uma equipa que acompanha todo o processo de forma sistematizada e ainda contam com o envolvimento de sócios que atuam como “embaixadores de cada projeto” e que ajudam a passar a mensagem nas diferentes áreas e departamentos.

“Apostamos numa comunicação interna clara e sistemática que explique a todos as vantagens de determinada tecnologia e a importância e impactos da sua adoção. Desta forma, contamos com o empenho e compromisso de todos no processo de introdução de qualquer novo mecanismo”, notaram António Pina e Matilde de Mello Cabral.

Na Moraes Leitão a adoção de novas tecnologias foi evoluindo à medida que o escritório foi crescendo e da necessidade dos clientes. “Reorganizámos a nossa estrutura interna e criámos uma direção centrada em temas de inovação. Esta

equipa, constituída maioritariamente por juristas com apetência tecnológica, tem identificado várias necessidades ou lacunas junto das equipas de advogados e recolhido este *feedback*, procurando depois internamente ou no mercado eventuais soluções”, explicou.

#### TECNOLOGIA AFETA RECEITAS

Desde eficiência, produção de trabalho jurídico até à gestão sustentável, várias são os aspetos positivos apontados pelos escritórios entrevistados pela *Advocatus* que advêm do uso de ferramentas tecnológicas.

Ricardo Alves Silva, sócio da Miranda, referiu que o impacto positivo das ferramentas tecnológicas é transversal e beneficiou tanto a produção de trabalho jurídico como as ferramentas de gestão em todas as suas vertentes. “Aproximamos de clientes e colaboradores, ajudamos a ser mais eficientes, tornou-nos mais ágeis, mais rápidos e também permite-nos ter uma visibilidade diferente sobre o conhecimento que a firma vai gerando em diferentes matérias e setores - fundamental para o acervo de experiência interno”, acrescentou.

Já João Leitão Figueiredo acredita que a plataforma Lupl é “paradigmático” no que concerne aos benefícios que as ferramentas tecnológicas têm para a CMS como para os clientes, uma vez que torna “mais fácil o trabalho colaborativo” e o “desenvolvimento de projetos em verdadeira parceria” de um modo mais eficiente e seguro. Outras ferramentas

**Eficiência,  
produção  
de trabalho  
jurídico e gestão  
sustentável  
são alguns  
dos aspetos  
positivos  
apontados pelos  
escritórios**

mais tradicionais, como as de gestão documental ou as baseadas em *machine learning*/inteligência artificial para revisão de contratos foram também essenciais para o crescimento e evolução do serviço que prestamos”, notou.

Na Moraes Leitão as ferramentas tecnológicas têm ajudado o escritório a tornar-se mais digital. “Sabemos que há áreas de direito, como o contencioso, que têm uma tendência natural para manterem, durante mais algum tempo, uma cultura de trabalho com utilização do documento físico, mas genericamente a evolução tem sido assinalável”, assegurou Carlos Coelho.

O processo gradual de digitalização levado a cabo pelo escritório permitiu-lhes começar a gerar uma quantidade mais significativa de dados, o que levou à necessidade de processamento e consequente análise, que se tem revelado fundamental no processo de decisão interna. A digitalização também permitiu transformar rotinas de trabalho mais administrativas, e que anteriormente eram feitas manualmente, em *workflows* internos com diversos automatismos, o que permite acelerar os processos internos e libertar recursos para tarefas com mais valor.

Apesar de não revelarem se de forma mais significativa ou não, as sociedades de advogados notam que a aposta em ferramentas cada vez mais tecnológicas também se traduz num aumento da receita do escritório.

“Os ganhos de eficiência resultantes da utilização de tecnologia têm sempre um impacto direto na produtividade e consequentemente na receita. Ainda que seja sempre um exercício difícil calcular com exatidão o impacto do recurso a ferramentas tecnológicas na receita do escritório, a utilização de melhores ferramentas de trabalho e de gestão contribuem direta e indiretamente para um aumento de receita”, explicou o sócio da Miranda.

“Mais do que um aumento de receita, o recurso a ferramentas tecnológicas traz-nos mais eficiência e a eficiência gera sempre mais-valias”, começaram por apontar o sócio António Pina e a *chief operating officer* da Abreu Advogados Matilde de Mello Cabral. Ambos realçaram que a tecnologia não vale por si só e é



“meramente complementar e auxiliar do trabalho das nossas pessoas”. “Para nós, a eficiência e o tempo que poupamos com a tecnologia é a principal mais-valia”, acrescentaram.

#### NOVAS TENDÊNCIAS

Sobre o futuro, as sociedades de advogados acreditam que ainda existe um caminho a percorrer nesta área e que é necessário antecipar as principais tendências. Enquanto algumas anteveem novas oportunidades, outras não avistam formas muito disruptivas no futuro.

“As sociedades de advogados tiveram de se adaptar a uma realidade que incorpora não apenas novos conceitos e metodologias de trabalho, como seja o teletrabalho, mas também conceitos não tradicionais no setor, como sejam a segurança da informação ou a inteligência artificial. A pandemia que temos vindo a enfrentar constituiu um relevante alerta para a necessidade de investir em novas soluções de trabalho, as quais, naturalmente, se alicerçam em meios tecnológicos”, assegurou João Leitão Figueiredo.

Desta forma, o sócio da CMS não antevê a adoção de tecnologias disruptivas, mas antes uma mais efetiva e generalizada incorporação no dia-a-dia de soluções já existentes no mercado, destinadas a aproximar os escritórios dos seus clientes.

“A grande tendência será as sociedades alocarem uma maior percentagem dos seus orçamentos à tecnologia e à inovação, isto porque as infraestruturas tecno-

## Os escritórios notam que a aposta em ferramentas tecnológicas também se traduz num aumento da receita

lógicas se tornaram mais robustas com a necessidade de acomodar o trabalho remoto, as preocupações com cibersegurança aumentam de dia para dia e os fornecedores de *legal tech* aumentam a sua presença nas sociedades de advogados”, notou Carlos Coelho.

O diretor de Inovação e Conhecimento da Moraes Leitão apontou como tendências em termos tecnológicos a “passagem de dados/aplicações para a *cloud*”; a cibersegurança; ferramentas colaborativas, uma vez que a “necessidade de promover a comunicação e a partilha de informação entre cliente e advogado é crescente” e “os clientes querem intervir diretamente nos processos e é necessário criar plataformas próprias e seguras para o efeito”; a inteligência artificial; e a automatização e gestão de documentos.

“A valorização da experiência do cliente está a ganhar cada vez mais importância e parece-nos, por isso, expectável que as ferramentas de comunicação se tornem ainda mais ágeis e flexíveis e que progressivamente se assista a um contacto/

interação ainda mais próximo com os clientes. Por outro lado, acreditamos que ferramentas que permitam automatizar tarefas mais rotineiras terão um impacto muito significativo no setor tendo em conta a necessidade dos clientes de procurarem melhores serviços, mais rápidos e a melhor preço e de os advogados preferirem, naturalmente, dedicar mais tempo a tarefas em que possam potenciar o seu conhecimento e capacidades aportando mais valor para o cliente.”, disse Ricardo Alves Silva.

Para o sócio é expectável que o setor da advocacia foque-se cada vez mais na análise de métricas e dados concretos para uma gestão mais eficiente dos assuntos e potenciar conhecimento existente em vista à sua rentabilização. O advogado destacou ainda que é provável que o atual foco do setor em ferramentas de segurança da informação se estabeleça “*ad eternum*” e “o que até agora talvez fosse apenas uma preocupação de circunstância para alguns, passe a ser fator determinante para cada vez mais clientes”. ●



**Matilde Mello Cabral**  
Chief operating officer da  
Abreu Advogados

## Programa de Governo para a Justiça

# EM QUE É QUE O GOVERNO FALHOU NOS OBJETIVOS PARA A JUSTIÇA?

Um programa que tende a defender a transparência, com enfoque no combate à corrupção mas que fica aquém das expectativas. Estas são algumas das linhas gerais da avaliação do programa de Governo para a Justiça feita pelo bastonário dos *Advogados* e mais dez profissionais - sócios ou *managing partners* - dos principais escritórios portugueses. A *Advocatus* mostra-lhe o que os advogados esperam desta legislatura na área da Justiça.

Texto **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias **HUGO AMARAL E D.R.**

### CATARINA VEIGA RIBEIRO

Co-head da área de Penal,  
Contraordenacional e Compliance  
da Miranda.



→ “É um programa cujas prioridades assentam no combate à morosidade da justiça, no reforço da resolução alternativa de litígios e, sobretudo, na defesa da transparência. Neste particular, o combate à corrupção e infrações económicas conexas, com aposta na capacidade de investigação e modernização tecnológica da PJ, é a sua grande bandeira, sendo o destaque positivo das medidas concretas. Quanto à celeridade, centra as propostas na medição da capacidade de resposta do sistema judicial, por referência ao tempo médio de decisão processual: contudo, não basta o compromisso público de o quantificar, é necessário fazer cumprir os prazos para todos os operadores judiciais, vg. as magistraturas. Vemos com agrado a intenção de valorização da proximidade, a disseminação da criação de tribunais especializados online e a sua generalização no território para uma justiça mais eficiente, bem como o objetivo de reduzir os casos de custas processuais com valores excessivos – o acesso ao direito não pode ser um custo insuportável – mas o que se impunha era uma reforma efetiva do sistema das custas. Peca, também, por não eleger, como prioridade, a melhoria das condições nas prisões e pela ausência de propostas quanto às consequências da violação do segredo de justiça.”

**INÊS SEQUEIRA MENDES***Managing partner da Abreu Advogados*

→ “Tenho de concordar com o diagnóstico constante do programa de governo quanto às deficiências e obstáculos que ainda perduram no nosso sistema de justiça e os efeitos perniciosos a nível social e económico que deles decorrem.

Para ser mais justa, a nossa Justiça terá de ser capaz de lhes dar resposta e de o fazer com coerência, seriedade e celeridade. Registo que o Governo aponta a eficiência como primeira característica da Justiça desejável. Talvez preferisse a humanidade como ponto de partida e tudo o que esta palavra encerra: eficiência, mas também adequação, equilíbrio, proporcionalidade, rigor técnico e temperança prática. A eficiência, quando desgarrada da atenção individual aos direitos e deveres das pessoas e empresas concretas, pode não ser, afinal, aquilo que mais releva. No entanto, sem ela, nunca seremos atrativos enquanto economia nem suficientemente fiáveis enquanto sociedade. Faço votos que os fundos disponíveis para as reformas prometidas sejam bem aplicados e que os propósitos programáticos se convertam em resultados concretos que nos beneficiem a todos. Os agentes da Justiça têm um papel a cumprir para que isso seja possível e do qual não podem eximir-se. A Abreu Advogados, à imagem do que faz internamente e junto dos seus clientes, continuará a assumir o seu de um modo tão construtivo quanto exigente.”

**MIGUEL TORRES***Managing partner da TELLES*

→ “O programa de governo é claro no diagnóstico, mas parco em verdadeiras soluções, e uma manifestação clara de que se vai manter o desinvestimento a que temos assistido. O combate à corrupção é metade do programa do governo ! Ora, os problemas da justiça, que impactam a vida da generalidade das pessoas, estão muita para além dela. E mesmo aqui são poucas as novidades, constituindo a maioria das medidas o aprofundamento ou mesmo a mera execução de outras já tomadas. O estado atual da justiça não é compreensível para os cidadãos. Ora, para isso é preciso inovar, ir mais longe e criar soluções disruptivas se necessário. É preciso simplificar as regras processuais, criar novos paradigmas no processo penal, permitindo, por ex: a

negociação da pena em caso de confissão para crimes com pena até três anos com controlo jurisdicional e acabar com o efeito suspensivo dos recursos para o Tribunal Constitucional. No processo civil, criar formas processuais mais expeditas para processos mais simples, com recurso a exposição de factos mais sumárias para submissão inicial do processo, com etapas claras de saneamento necessário para que não tenham de chegar a julgamento todos os processos e todas as questões que neles se suscitam, diminuindo a atividade processual que hoje se impõe em qualquer tipo de processo declarativo. Na Justiça administrativa e fiscal, é imperioso criar um mapa judiciário compatível com a pendência atual, com representação mais abrangente em todo o território nacional.”

## CARLOS DUQUE

Sócio de contencioso da PRA



→ “O Governo reconhece no seu programa para a área da Justiça a necessidade de existir maior celeridade nas decisões e um modelo de funcionamento simplificado, que permita a obtenção de uma decisão com qualidade e em tempo útil. Reconhece a morosidade e a complexidade processuais, bem como o facto de o sistema atual de custas processuais serem um obstáculo à plena realização dos direitos e um entrave ao desenvolvimento económico. É comumente aceite que os principais problemas da Justiça são a morosidade dos processos judiciais e a ineficácia das suas decisões, sobretudo nos TAFs, em que um processo leva mais de 2,5 anos a ser decidido em 1.ª instância (sendo que os mais complexos podem levar mais de uma década a ser decididos). A título de exemplo, de acordo com os últimos dados de 29-10-2021, disponibilizados pelo Ministério da Justiça, a duração média de um processo de impugnação nos TAFs, com referência ao ano de 2020, é de 219 meses (cerca de 17 anos). E para um processo de impugnação fiscal é de 72 meses (6 anos). Mas se analisarmos as execuções cíveis, a duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância (entre a data de entrada do processo e a data da decisão final) é de 57 meses. Já quanto às execuções laborais a duração média é de 65 meses. Contudo, percorrendo as diversas medidas que o Governo propõe desenvolver, não se alcança de que forma conseguirá atingir tal objetivo. Fica-se sem se perceber, p.e., se haverá ou não um incremento no quadro de Juizes dos TAFs. Em todo o caso, registam-se algumas medidas positivas, haja coragem política para as levar adiante.”

## MAFALDA FERREIRA SANTOS, CLÁUDIA AMORIM E ANTÓNIO TELES

Sócios da Sérvulo

→ “Na nossa opinião, o Programa de Governo quanto à Justiça reúne um conjunto de bons propósitos. Coloca, contudo, questões de fundo a par com pormenores, tendo como pano de fundo a modernização e eficiência. Destacamos o seguinte: O grau de modernização da Justiça Portuguesa é, em comparação com outros países europeus, bastante elevado. Faltam, no entanto, equipamentos, incluindo meios de videoconferência e de projeção, em geral obsoletos; Quanto ao apoio judiciário, o modelo existente deverá ser revisto mediante, em nossa opinião, a criação de um corpo de profissionais dedicado a essa função, assegurando sobretudo a qualidade. É indubitável a vantagem, e necessidade, de um corpo de assessores especializados para os juizes, considerando a complexidade de determinados processos judiciais. Já a ideia de que a morosidade da justiça pode ser contrariada pela constatação dos factos por peritos ou técnicos, evitando o recurso à prova testemunhal, parece-nos implicar um risco de desjudicialização da justiça que contraria a

lógica essencial do sistema, se não mesmo o direito fundamental de acesso à justiça. Quanto ao contencioso administrativo, não nos parece que baste para resolver o problema de atraso generalizado, fomentar o recurso à arbitragem, que é um meio complementar por natureza. É imperioso dotar a justiça administrativa de meios humanos, em quantidade e qualidade. No Direito Sancionatório, é dado destaque ao combate à Corrupção, em linha com as mais recentes alterações legislativas. Não há propriamente um fio condutor quanto às medidas previstas para a Justiça Penal em geral, sendo o programa totalmente omissivo quanto à necessidade urgente de uma reforma do regime legal das contraordenações, o que se lamenta.”



→ “Infelizmente, ao contrário do que seria imperativo e desejado, apesar de quem leia, numa primeira vez, possa achar que existe uma aposta concreta em melhorar a justiça, a verdade é que o programa agora apresentado, em nada difere do que foi apresentado em 2015.

Os resultados desse mesmo programa foram, porém, inversos ao seu objetivo. Com uma exceção aqui, e ali, a justiça encontra-se pior, mais lenta, mais cara e sem soluções à vista. Esperava-se um conjunto de medidas concretas que pudessem confirmar a aposta e investimento numa área tão crítica, não só para os cidadãos e para a defesa do sistema democrático, como igualmente, por se tratar de um fator determinante para o investimento estrangeiro em Portugal. Com efeito, se o nosso objetivo é atrair bom investimento, que crie emprego e riqueza interna, é fundamental que o programa SIMPLEX vá muito além do existente, que haja uma justiça célere, acessível e, não menos importante, especializada. Não vislumbro que a formação dos nossos magistrados acompanhe a, cada vez maior complexidade das matérias que lhes são levadas a decidir. Estamos numa era em que não é desejável ter juizes que decidam de todas as áreas do direito. Tal como acontece com a advocacia moderna e sofisticada, a especialização é inevitável. Como tal, apenas juizes especializados, estarão preparados para proferirem decisões que se enquadrem às realidades trazidas a juízo. É uma pena que, praticamente todos os governos, independentemente da cor política, não consigam perceber das mais valias para o país de uma aposta concreta e definitiva para o problema da justiça.”

## FERNANDO ANTAS DA CUNHA

*Managing partner da Antas da Cunha  
Ecija & Associados*



## LUÍS MENEZES LEITÃO

*Bastonário da Ordem  
dos Advogados*



→ “O programa do XXIII Governo para a Justiça constitui uma profunda desilusão, na medida em que se esperaria que uma nova equipa ministerial fosse capaz de trazer ideias novas. Infelizmente, no entanto, o programa apresentado é uma mera reprodução do programa do XXII Governo, sem quaisquer medidas novas, que seriam absolutamente necessárias para inverter o colapso em que caiu o sector. Na verdade, tal como em 2019, o Governo insiste em manter as custas judiciais no valor extremamente elevado em que se encontram, apenas as admitindo baixar nos casos em que não exista alternativa à composição de um litígio. Como essa alternativa existe quase sempre, tal significa que as custas se manterão inalteradas.

Também da mesma forma que em 2019, em lugar de investir nos tribunais judiciais, o Governo pretende privilegiar antes os julgados de paz e os tribunais arbitrais, chegando a propor que estes tratem de assuntos da mais importância para os cidadãos e que são fonte de grandes litígios, como as heranças ou a regulação do poder paternal.

Este programa nada tem assim de novo e insiste em medidas totalmente inadequadas. Espera-se, ao menos, uma nova dinâmica do Ministério da Justiça para resolver a crise do sector.”

→ “O programa do novo Governo para o setor da justiça não representa um avanço face ao programa do anterior Governo ou mesmo às propostas eleitorais com que o Partido Socialista se apresentou às eleições.

Portugal sofre de um problema crónico de morosidade judicial, com os processos a arrastarem-se nos tribunais durante anos (e em alguns casos décadas). Este é um tema que afeta negativamente a perceção de Portugal justo dos investidores, tanto nacionais como internacionais, pela insegurança associada, pois uma justiça lenta é necessariamente uma justiça que não serve os seus propósitos últimos. Espera-se que o Governo possa priorizar a intervenção no setor da justiça, dando particular atenção ao reforço dos meios de tutela jurisdicional, dotando o sistema de elementos técnicos e humanos para que se possa alcançar o desejado progresso neste domínio. Seria também de saudar uma maior estabilidade legislativa, em setores fundamentais como o imobiliário, sistema energético ou fiscal, assegurando aos investidores maior previsibilidade nos seus investimentos.”

## MAFALDA BARRETO

*Managing partner do escritório de Lisboa da GA\_P*



## BRUNO FERREIRA

*Managing partner da PLMJ*



→ “Olhando para os três eixos de atuação do programa de Governo para a área da Justiça, ninguém pode discordar de que se tratam, efetivamente, de prioridades para o país. Dar uma resposta à morosidade e complexidade da justiça é urgente e, se formos bem-sucedidos, terá um impacto muito significativo na qualidade da democracia e no crescimento económico. Reforçar os meios alternativos de resolução de litígios é obrigatório, se queremos os tribunais a funcionar de forma mais diligente. Falta, porventura, estabelecer nesse objetivo que não haverá sacrifício da qualidade da justiça. E melhorar a relação da Justiça com os cidadãos, nomeadamente dedicarmos especial atenção a comunicação clara e transparente e tempos de resposta, tudo isto são desígnios urgentes. Mas também são precisamente os eixos que já encontramos no anterior programa de Governo, que foi elaborado em alinhamento com a Agenda para a Década, anunciada em 2015. Volvidos sete anos, com a década a acabar, os resultados foram parcos, para não dizer que assistimos até a alguma deterioração. Mas há mais e colocam em causa o sucesso de outras políticas públicas urgentes. O que nos deve fazer pensar que ou não chegámos a arrancar com reformas ou, tendo arrancado, não produziram os resultados necessários e urgentes. Nenhuma das opções é boa e tornou a resposta do Estado ainda mais urgente.”

## NUNO PENA

Sócio da CMS Portugal

→ “Não se vislumbra empenho, entusiasmo ou rasgo. Apenas uma certa repetição. Explicamos. Peca por tardia a intenção de dotar os tribunais administrativos de “capacidade de resposta” em resposta à “denegação de justiça” dos últimos anos. É louvável o reforço dos centros de arbitragem institucionalizados. A citação eletrónica de entidades públicas e pessoas coletivas parece ser uma boa medida. Devia, porém, alargar-se a medida a todos os cidadãos. O mesmo se diga sobre a simplificação de decisões e perícias ou da melhoria na formação dos juizes. Parece abrir-se a porta à admissibilidade de testemunhas periciais, o que, a confirmar-se, é bom. Dito isto, não se diz nada sobre especialização dos tribunais ou numa revisão das regras da sua competên-

cia territorial. É pena. Podíamos fazer mais gastando o mesmo, mas enquanto continuarmos a receber fundos de graça continuaremos a gastar sem critério. O PRR da justiça passa por aí. Sem prejuízo, sendo a informatização e digitalização do sistema, um dos traços dos países em que a justiça é célere, é legítimo esperar que a concretização dos investimentos nessa área e custeados pelo PRR introduzam melhorias e contribua para a celeridade tão desejada. Não há sugestões sobre a eliminação das dificuldades de contexto que propiciam a corrupção. O Governo propõe-se apenas executar o que foi definido na legislatura anterior. Melhor que nada. A corrupção afasta o bom investimento.”



## JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO

Sócio responsável pelo Departamento de Resolução de Litígios



→ “A reduzida importância da Justiça fica bem patente: apenas 8 das 182 páginas. Descontando as referências ao que se diz já ter sido decidido pelo governo anterior, resta um conjunto de generalidades... Em resumo, uma mão cheia de nada! Na primeira das três partes – a corrupção – anuncia “travar combate sem

tréguas aos prevaricadores”, “prevenir ou dissuadir comportamentos”. Porém, quando se chega às medidas concretas, encontramos meras declarações de intenções genéricas: por exemplo, “assegurar” que o “Mecanismo/Agência” criado, funciona efectivamente!... “instituir campanhas de consciencialização”!... “estabelecer um registo da pegada legislativa” ou “desenvolver a experiência de avaliação da permeabilidade das leis”... A seguir uma afirmação com o seu quê de ridícula: “garantir que não se criam obscuridades, contradições e labirintos”... nas normas legislativas! “Prosseguir o programa Simplex”! Outro objetivo é “adotar uma medida” (sic) “para facultar informação sobre o prazo em que será tomada uma decisão”...

A segunda parte – a Justiça – apresenta um título ambicioso: Justiça mais pró-

xima, mais eficiente, mais célere, mais transparente, e em que haja “prestação de contas” (sic). Ou seja, Justiça perfeita! E anuncia 18 medidas, que são outras tantas generalidades, algumas sem nexos.

Tamanha coleção de generalidades e conceitos vagos amalgamados com declarações de intenções com pouco conteúdo concreto, não permite uma discussão séria sobre aquilo que o governo quer fazer. Percebem-se intenções louváveis, mas não se anunciam verdadeiras medidas concretas.

Continua a seguir-se o caminho mais fácil: criar mais estruturas com mais pessoal; criar mais leis e mais alterações às já existentes, até que ninguém se entenda na sua interpretação. No verdadeiro problema que é a gestão eficiente dos recursos dos tribunais, parece que não se pensa!”

# M&A à prova de crise(s)

Por **BÁRBARA GODINHO CORREIA**



Sócia de Corporate  
M&A da PLMJ

A RECENTE PANDEMIA COVID-19 ENSINOU-NOS várias lições, algumas delas que já tínhamos aprendido em crises anteriores, mas porventura esquecido. Uma das principais lições foi a enorme resiliência e *drive* do tecido empresarial, mesmo quando o presente era tumultuoso e o futuro incerto.

De facto, quando falamos de transações de M&A é assinalável o aumento registado em 2021, quer em número de transações, quer em valor. O ano de 2021 foi um ano recorde de fusões e aquisições e veio mesmo superar os valores de 2019, ano pré-pandemia. Esta evolução não era evidente e muitos temeram que tardasse quando, logo no arranque de 2020, nos vimos a braços com uma pandemia mundial com impacto significativo no mercado e nas empresas.

Mas o mercado foi resiliente e resistiu. Resistiu por diversas razões. Seguramente porque se registou um elevado nível de fundos disponíveis para investir num ambiente de baixas taxas de juro, mas também porque existiu por parte dos investidores e, em particular dos *private equity*, uma enorme vontade de aproveitar o momento. Independentemente das dificuldades e incertezas sentidas, houve uma forte procura por operações e investimentos. Os *players* de mercado mantiveram-se ativos e procuraram de forma determinada o crescimento sustentável dos seus negócios e uma maior criação de valor.

Sentimos também que a pandemia trouxe novos dados e isso tem sido extraordinariamente interessante de acompanhar, como advogados. Aqui destaco o aceleramento que a revolução digital registou, quer ao nível das técnicas de produção, quer ao nível dos sistemas inteligentes integrados

com organizações e pessoas. A nossa forma de viver e especialmente de trabalhar foi impactada de forma e a uma velocidade nunca sentidas.

Muitos economistas dizem que se trata da quarta revolução da Humanidade à escala global que também tem, obviamente, uma dimensão de negócio que está a mobilizar todos os setores, de resto alinhada com o que têm sido as políticas públicas e planos de investimento dos Estados. Não podia ser de outra forma: no final da cadeia de valor de cada atividade económica está um utilizador cada vez mais sofisticado, que exige tecnologia associada aos serviços e produtos. Exige o digital.

Assim e naturalmente, o investimento nesta transformação quase visceral da forma de fazer negócios animou e continuará certamente a animar o mercado de M&A em 2022 e nos próximos anos. Este será talvez o tema mais central e a

grande novidade destes últimos dois anos: o que estava a ser feito de forma gradual, tornou-se uma disrupção virtuosa do mercado e todos sentimos que é irreversível.

Relativamente a outros setores que marcarão o mercado de M&A nos próximos anos, captando muito do investimento dispo-

nível, podemos falar, desde logo, da saúde. Não há crise nem pandemia que seja capaz de alterar o paradigma de uma população crescentemente envelhecida que encontramos nas economias mais desenvolvidas. Este contexto faz da saúde, e demais setores associados, um eixo de investimento intensivo e continuado, na certeza de que será o destino de boa parte das poupanças das pessoas na procura de viver o último terço das duas vidas com cada vez melhores condições.

A par dos setores da tecnologia e da saúde, po-

**O ano de 2021 foi um ano recorde de fusões e aquisições e veio mesmo superar os valores de 2019, ano pré-pandemia.**



demos igualmente destacar o imobiliário - setor onde esteve concentrada uma grande fatia do investimento em 2021 e onde se superou o ano extraordinário de 2019 – os serviços financeiros, a indústria transformadora e automóvel, as telecomunicações e, com destaque, a energia e *utilities*.

Se é certo que já vínhamos a identificar a área da energia como uma das mais ativas em *M&A* - muito impulsionada por fatores ESG (ambientais, sociais e de governação) - hoje temos por certo que haverá uma revolução no *mix* energético, com as energias renováveis a subirem ao palco. Pelo planeta, mas sobretudo para salvaguarda da segurança energética da Europa. O mercado de *M&A* é também vulnerável ao contexto económico e político internacional pelo que, o conflito da Ucrânia consolidou de forma irreversível esta tendência.

Por último, vale a pena refletir igualmente sobre a oferta de serviços associados às operações de *M&A*, nomeadamente os jurídicos. Qual o perfil de advogado que se impõe? Que resposta pretendem os Clientes na componente jurídica?

As operações de *M&A* exigem assessorias cada vez mais eficientes da parte dos advogados. Estes têm de saber enquadrar várias dimensões na resposta aos clientes. Quanto maior a sofisticação do investidor – e é cada vez mais sofisticado – menos espaço existe

para oferta de soluções pouco inovadoras.

Exige-se igualmente - e como nunca no passado - a incorporação de tecnologia onde o trabalho o permite. A concentração do esforço das equipas deve ser na componente complexa das operações e na capacidade de negociação e concretização dos objetivos dos clientes.

São necessárias equipas fortes, detentoras do *set* certo de competências que vão além do conhecimento jurídico exemplar. Equipas que sejam capazes de viver numa cultura de permanente partilha de conhecimento que lhes permita estar sempre à frente na curva da aprendizagem.

Vejo também como crítica a capacidade de falar a língua do cliente em todos os sentidos e não só no linguístico. É necessário alinhamento total com os objetivos dos clientes e isto é cada vez mais central.

É necessária uma comunicação simples (não simplista). Parecendo elementar, a comunicação simples não é algo frequente em advogados. No entanto, os clientes exigem-nos isso cada vez mais. Querem sobretudo que lhes entreguemos soluções jurídicas claras e adaptadas aos seus desafios concretos e grau de risco que estão dispostos a correr. De preferência, soluções também à prova de crise(s). ●





ECO Premium



# A economia precisa de ECO

O ECO nasceu no dia 10 de outubro de 2016, num mundo diferente, sem pandemia, com um manifesto editorial que era, também, um compromisso com os leitores e um ato de transparência. Independente, rigoroso, na defesa da liberdade individual e a promover a economia de mercado e a concorrência para um país mais próspero e menos desigual.

Desde o primeiro dia, o ECO foi um jornal de acesso livre, o que é bem diferente de acesso gratuito. Todas as notícias podiam, até agora, ser lidas por todos os leitores sem qualquer barreira, sem uma paywall. Mas o jornalismo não é gratuito, tem custos, muitos custos, e exige investimento, ambos suportados até agora pelos acionistas e pelas receitas de publicidade.

O ECO desenvolveu agora um modelo freemium; isto é, continuaremos a publicar notícias disponíveis para todos os leitores de forma livre, mas passarão também a ser publicadas notícias assinaladas com a marca Premium, a apenas acessíveis a assinantes.

O país está confinado, e assim continuará por semanas. Mas os jornalistas do ECO continuam a trabalhar para assegurar uma informação rigorosa e que permita decisões informadas. Os decisores, os empresários, os gestores, os trabalhadores, os empreendedores, os estudantes só podem decidir de forma acertada se tiverem acesso à notícias em tempo útil, às entrevistas que contam, às reportagens que mostram o outro lado, à opinião que informa. A um jornalismo que escrutina as decisões dos poderes públicos e privados.

Chegou o momento de lhe pedir que subscreva o ECO Premium e que beneficie do melhor jornalismo.

Boas leituras, com muito ECO.

Antonio Costa  
Diretor

## Torne-se Premium.



<https://eco.sapo.pt/premium/>

EXCELLENT !!



R. Anne



LEADERS LEAGUE

# LEADERS LEAGUE

## DIVULGA RANKING DE 2022

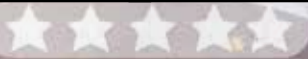
### DAS MELHORES FIRMAS

No ranking, que é divulgado em primeira mão numa parceria com o *ECO/Advocatus*, ficamos a conhecer os melhores escritórios de advogados em cinco categorias. Conheça os distinguidos.

**A** Leaders League divulgou mais um ranking com as melhores sociedades de advogados em Portugal em cinco áreas distintas: *Labor & Employment*, *Civil & Commercial Litigation*, *Arbitration*, *White Collar Crime*, *Best Arbitrators*.

Divulgado uma vez mais numa parceria exclusiva com o *ECO/Advocatus*, a Leaders League divide a classificação em três níveis: “*Leading*”, “*Excellent*”, “*Highly Recommended*” e “*Recommended*”.

Os resultados dos rankings do diretório internacional baseiam-se nos questionários aos clientes, entidades externas e aos respetivos pares – advogados – de cada jurisdição. ●

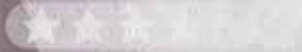


2 days ago

Reply

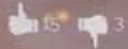


VERY GOOD !!



4 days ago

H. Deniel



15

3

Reply

## ARBITRATION | PORTUGAL: BEST LAW FIRMS 2022

ARBITRATORS	FIRMS
<b>LEADING</b>	
JOSÉ MIGUEL JÚDICE	JÚDICE ARBITRATION
JOSÉ ROBIN DE ANDRADE	INDEPENDENT ARBITRATOR
SOFIA MARTINS	MIRANDA
<b>EXCELLENT</b>	
ARMINDO RIBEIRO MENDES	DLA PIPER
FILIPA CANSADO CARVALHO	INDEPENDENT ARBITRATOR
PAULA COSTA E SILVA	INDEPENDENT ARBITRATOR
PAULO MOTA PINTO	INDEPENDENT ARBITRATOR
RUI PINTO DUARTE	CSASSOCIADOS
<b>HIGHLY RECOMMENDED</b>	
ANTONIO MENEZES CORDEIRO	INDEPENDENT ARBITRATOR
ANTÓNIO PINTO LEITE	MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS
FILIFE VAZ PINTO	MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS
LUÍS MIGUEL CORTES MARTINS	SERRA LOPES, CORTES MARTINS & ASSOCIADOS
PEDRO METELLO DE NÁPOLES	PLMJ
RUI MEDEIROS	SÉRVULO & ASSOCIADOS
<b>RECOMMENDED</b>	
CATARINA MONTEIRO PIRES	MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS
FERNANDO FERREIRA PINTO	FERREIRA PINTO & ASSOCIADOS
JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA	SRS ADVOGADOS
MARIANA FRANÇA GOUVEIA	PLMJ
MIGUEL DE ALMADA	CUATRECASAS
SOFIA RIBEIRO MENDES	DLA PIPER

CIVIL AND COMMERCIAL LITIGATION   PORTUGAL: BEST LAW FIRMS 2022	
FIRM	KEY FIGURES
<b>LEADING</b>	
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS	António Pinto Leite   Filipe Vaz Pinto   Francisco Cortez   Rui Patrício
PLMJ	João Tiago Morais Antunes   Joaquim Shearman de Macedo   Rita Samoreno Gomes   Pedro Metello de Nápoles
URIÁ MENÉNDEZ - PROENÇA DE CARVALHO	Adriano Squillacce   Fernando Aguilár de Carvalho   Nuno Salazar Casanova   Tito Arantes Fontes
VDA	Frederico Gonçalves Pereira   Miguel Pinto Cardoso   Carla Gonçalves Borges   António Magalhães Cardoso Rui Andrade
<b>EXCELLENT</b>	
CMS	Miguel Esperança   Nuno Pena   Rita Gouveia   Diogo Castanheira Pereira
CUATRECASAS	Miguel de Almada   Frederico Bettencourt
LINKLATERS	Nuno Ferreira Louça   Ricardo Guimarães
SÉRVULO & ASSOCIADOS	Mafalda Ferreira Santos   João Saúde   António Teles
SR5 ADOVAGADOS	José Carlos Soares Machado   Maria José de Tavares   Natália Garcia Alves   José Jácome   Regina Santos Pereira
<b>HIGHLY RECOMMENDED</b>	
ÁBREU ADOVAGADOS	Alexandra Nascimento Correia   Guilherme Santos Silva   Teresa Brito da Silva   Gonçalo Matheiro
CCA LAW	Rita Cruz   Marta Duarte
GARRIGUES	João Duarte de Sousa
SJCM - SERRA LOPES, CORTES MARTINS & ASSOCIADOS	Luis Miguel Cortes Martins   Maria Raquel Moreira
TELLES	André Navarro de Noronha   Fernando Pizarro Monteiro   Nuno Miguel Lourenço
<b>RECOMMENDED</b>	
CAIADO GUERREIRO SOCIEDADE DE ADOVAGADO	João Caiado Guerreiro   Sandra Ferreira Dias
CS ASSOCIADOS	João Maria Pimentel
DLA PIPER	João Nuno Azevedo Neves   Vanessa Antunes
ANTAS DA CUNHA ECija	João Carlos Teixeira
ENES CABRAL	Pedro de Almeida Cabral
GÓMEZ-ACEBO & POMBO	Ana Grosso
MIRANDA & ASSOCIADOS	Sofia Martins
RAPOSO BERNARDO & ASSOCIADOS	Nelson Raposo Bernardo   Joana Andrade Correia
SPS ADOVAGADOS	Pedro Malta da Silveira

INTERNATIONAL ARBITRATION   PORTUGAL: BEST LAW FIRMS 2022	
FIRM	KEY FIGURES
<b>LEADING</b>	
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS	António Pinto Leite   Filipe Vaz Pinto
PLMJ	Pedro Metello de Nápoles   Mariana França Gouveia   Joaquim Shearman de Macedo
VDA	Miguel Pinto Cardoso   Frederico Gonçalves Pereira   Carla Gonçalves Borges   Rui Andrade
<b>EXCELLENT</b>	
CUATRECASAS	Frederico Bettencourt   Miguel de Almada
LINKLATERS	Nuno Ferreira Lousa   Ricardo Guimarães
MIRANDA & ASSOCIADOS	Sofia Martins
SÉRVULO & ASSOCIADOS	João Saúde   Rui Medeiros
URÍA MENÉNDEZ - PROENÇA DE CARVALHO	Fernando Aguiar de Carvalho   Tito Arantes Fontes
<b>HIGHLY RECOMMENDED</b>	
CSASSOCIADOS	Rui Pinto Duarte
DLA PIPER	Armindo Ribeiro Mendes
RAPOSO BERNARDO & ASSOCIADOS	Nelson Raposo Bernardo   Joana Andrade Correia
SLCM - SERRA LOPES, CORTES MARTINS & ASSOCIADOS	Luís Miguel Cortes Martins
SRS ADVOGADOS	José Carlos Soares Machado   José Jácome
<b>RECOMMENDED</b>	
ABREU ADVOGADOS	Guilherme Santos Silva
CMS	Miguel Esperança   Nuno Pena   Rita Gouveia   Diogo Castanheira Pereira

LABOR & EMPLOYMENT*   PORTUGAL: BEST LAW FIRMS 2022	
FIRM	KEY FIGURES
<b>LEADING</b>	
ABREU ADVOGADOS	Carmo Sousa Machado   Patrícia Perestrelo
DLA PIPER	Benjamim Mendes   João Guedes
MORAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS	Luís Miguel Monteiro   Pedro Pardal Goulão   Helena Tapp Barroso
SRS ADVOGADOS	Cláudia Varela   César Sá Esteves   Mariana Caldeira Sarávia   Ana Luísa Beirão   Maria de Lancastre Valente
<b>EXCELLENT</b>	
CMS	Sofia Mateus   Susana Afonso Costa
CUATRECASAS	Rui Vaz Pereira   Maria da Glória Leitão
PLM	Nuno Ferreira Morgado   Tiago Cortes   Nuno Guedes Vaz
URÍA MENÉNDEZ - PROENÇA DE CARVALHO	André Pestana Nascimento
<b>HIGHLY RECOMMENDED</b>	
CSASSOCIADOS	Pedro Furtado Martins
GARRIGUES	Rui Valente
PBBR - PEDRO PINTO, BESSA MONTEIRO, REIS, BRANCO, ALEXANDRE JARDIM & ASSOCIADOS	Inês Reis
SÉRVULO & ASSOCIADOS	Rita Canas da Silva
TELLES	Gonçalo Pinto Ferreira
VDA	Rui Andrade   Manuel Cavaleiro Brandão
<b>RECOMMENDED</b>	
ANDERSEN	José Mota Soares
BAS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS	Pedro Madeira de Brito   Alexandra Almeida Mota   Dália Cardadeiro
CCA LAW	Pedro Antunes
CEREJEIRA NAMORA	Nuno Cerejeira Namora
CRS ADVOGADOS	Telmo Guerreiro Semão
DCM LITTLER	David Carvalho Martis
ANTAS DA CUNHA ECJA	Pedro da Quitéria Faria
PRA - RAPOSO, SÁ MIRANDA & ASSOCIADOS	Joana de Sá
RAPOSO BERNARDO & ASSOCIADOS	Ana Cláudia Rangel   Mafalda Contumélias Batista
SICM - SERRA LOPES, CORTES MARTINS & ASSOCIADOS	Inês Pinheiro
SPS ADVOGADOS	Manuel Gibert Prates



WHITE COLLAR CRIME   PORTUGAL: BEST LAW FIRMS 2022	
FIRM	KEY FIGURES
<b>LEADING</b>	
CUATRECASAS	Paulo de Sá e Cunha
MÓRAIS LEITÃO, GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS	Rui Patrício
URÍA MENÉNDEZ - PROENÇA DE CARVALHO	Fernando Aguilhar de Carvalho   Francisco Proença de Carvalho
VDA	João Medeiros   Sofia Ribeiro Branco
<b>EXCELLENT</b>	
ABREU ADVOGADOS	Ana Rita Duarte de Campos   Pedro Barosa   Francisco Patrício
ROGÉRIO ALVES & ASSOCIADOS	Rogério Alves
SARAGOÇA DA MATTA & SILVEIRO DE BARROS ADVOGADOS	Paulo Saragoça da Matta
SÉRVULO & ASSOCIADOS	José Lobo Moutinho   Cláudia Amorim
<b>HIGHLY RECOMMENDED</b>	
CCA LAW	Henrique Salinas
CMS	Miguel Esperança   Nuno Pena   Rita Gouveia   Diogo Castanheira Pereira
PLMJ	Paulo Farinha Alves
<b>RECOMMENDED</b>	
CARLOS PINTO DE ABREU E ASSOCIADOS	Carlos Pinto de Abreu
CEREJEIRA NAMORA, MARINHO FALCÃO	Pedro Marinho Falcão
ANTAS DA CUNHA ECIA	Alexandra Mota Gomes
RAUL SOARES DA VEIGA & ASSOCIADOS	Raul Soares da Veiga
SRS ADVOGADOS	José Carlos Soares Machado   José Jácome

# M&A | o estado da arte e a arte em bom estado

Por PEDRO SÁ



Sócio da  
PRA-Raposo,  
Sá Miranda &  
Associados

É VERDADE, O CONTEXTO DIFICILMENTE PODERIA ser mais adverso – a guerra a leste e a pandemia (que apesar das aparências ainda não ficou para trás) desferiram dois dos mais rudes golpes de que há memória na confiança dos consumidores, das instituições e dos *stakeholders* económicos em geral, quer no plano internacional, quer dentro das nossas fronteiras. E isto, agravado pela simultaneidade das duas infelizes circunstâncias. Afetada a confiança, como é sabido, tende a aumentar o aforro e a retrain-se o investimento, num reflexo de aversão ao risco incrementada.

Curiosamente, a tendência que o panorama de M&A revela é a oposta àquela que o contexto em princípio sugere. Empresas e investidores – com veste profissional ou de natureza e compromisso industrial – perceberam que o entorno tão peculiar que observamos não destruiu as oportunidades de consolidação e robustecimento das organizações. Pelo contrário, foi potenciada uma atitude e uma disposição contra-cíclica que, arrimada na convicção da retoma e da recuperação globais, foi e está a ser geradora, ela própria, de confiança, de recuperação e de capacidade de investir.

Os setores da energia, da investigação de ponta, de IT e, em geral, tecnologia-intensivos, como o retalho on-line ou a segurança bancária, por ex., têm mostrado grande dinamismo em termos de M&A (fusões, aquisições e reestruturação de grupos) e Por-

tugal continua a ser um mercado interessante e cheio de oportunidades. Outras áreas de negócio, como os serviços de engenharia, os serviços, tecnologias e indústrias ligadas à saúde, o desenvolvimento de software, a mediação de seguros ou os setores metalomecânicos fortemente exportadores do nosso país têm merecido atenção quer de grupos internacionais, que procuram consolidação geográfica alargada e mostram acreditar no potencial e até na qualidade da gestão profissional que está disponível por cá, quer de grupos nacionais e das diferentes sociedades de capital de risco portuguesas que também têm vindo a crescer e a aproveitar as oportunidades de consolidação do mercado.

O tempo é, por isso, de otimismo – não é útil ser de outra coisa.

Os advogados continuam a estar ao lado dos seus clientes e não desmobilizam, independentemente do contexto. Nós, na PRA, constatamos isso todos os dias e em diversos planos. Em primeiro lugar, pela confiança que em nós depositam as empresas e os gestores que todas as semanas entram em processos de alienação de capital, de aquisição de participações maioritárias, de emissão de dívida e as mais diversas modalidades de reestruturação corporativa. Em segundo lugar, no plano do relacionamento internacional com escritórios de advogados europeus (e de outras partes de mundo) que, no contexto dos negócios dos nossos clientes ou ao mais singelo nível do nosso *networking* em organizações como a EUROJURIS ou a UIA, nos confirma que a vontade de investir e de arriscar em movimentos de M&A está de boa saúde.

Não esquecendo que experimentaremos agora um ciclo de disponibilização de incentivos públicos com grande pujança, em que coincidirão pela primeira vez três instrumentos financeiros – a parte que falta executar do Portugal2020, o PRR e o Portugal2030 –, é de esperar que novos negócios se perfilhem com maior solidez e que a vontade de investir e de apostar em movimentos de consolidação seja multiplicada, quer do lado dos adquirentes, quer da parte de quem pretende alienar o controlo dos negócios.

Da nossa parte, cá estaremos para o que der e vier. ●

**"Empresas e investidores – com veste profissional ou de natureza e compromisso industrial – perceberam que o entorno tão peculiar que observamos não destruiu as oportunidades de consolidação e robustecimento das organizações"**

DIREITO GLOBAL

Para uma  
carreira  
sem fronteiras

**LL.M.**

Law in a  
**European and  
Global Context**

Law in a  
**Digital  
Economy**

**International  
Business  
Law**

2022/2023 **Candidaturas abertas**



[www.catolicallaw.fd.lisboa.ucp.pt](http://www.catolicallaw.fd.lisboa.ucp.pt)  
[catolica.law.sede@ucp.pt](mailto:catolica.law.sede@ucp.pt)



Carla Azevedo Gomes

# “NUNCA SENTI QUE SER MULHER TIVESSE INFLUÊNCIA NA PROGRESSÃO DE CARREIRA NO ESCRITÓRIO”

Carla Azevedo Gomes, sócia da SPS Advogados, esteve à conversa com a *Advocatus* e admitiu que não há uma característica específica para desempenhar melhor o papel de sócio. Sobre a recente nomeação como *equity partner*, a advogada confessa que “tudo se desenrolou de forma natural” e “respeitando os timings da sociedade”. Com a pandemia, explica que no setor dos seguros houve uma diminuição do fluxo de negócio, mas que atualmente já existem indicadores de crescimento que em algumas seguradoras é superior 20%.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**

**F**oi recentemente nomeada como *equity partner* da SPS. Como recebeu essa nomeação? De facto, em 2021 a sociedade encerrou um ciclo de gestão de cinco anos que, entre muitas outras decisões estruturantes, determinou a minha nomeação a *equity partner*, algo que, naturalmente, recebi com enorme apreço. Ver reconhecido, pelos meus colegas sócios, o trabalho desenvolvido desde 2001 na sociedade, é um orgulho enorme.

O caminho para aqui chegar contou com muito empenho, dedicação e sacrifício, momentos fantásticos e outros nem por isso, mas ainda assim este objetivo esteve sempre presente no percurso.

so. Desistir ou deixar de me manter focada nesse objetivo, nunca foi hipótese. A sociedade, em especial e naquela altura os sócios fundadores, tiveram desde sempre a generosidade de me manter envolvida em todos os temas, desde o mais pequeno até aos verdadeiramente estruturantes e de reconhecer o meu mérito e o meu valor. Nunca a sociedade levantou qualquer obstáculo à minha ambição, evolução e crescimento. Cumpridos os objetivos e preenchidos os critérios todos têm lugar para crescer na SPS.

**Qual é a responsabilidade que um sócio possui dentro da sociedade?**

Para além de todos os sócios trabalharem diariamente com vista a ampliar

o negócio da sociedade, seja através de novos clientes seja no desenvolvimento do negócio já existente, no modelo que temos atualmente em vigor, cada sócio é responsável por uma área concreta de gestão que desenvolve com a sua equipa de suporte e respetivas direções: Financeira, Recursos Humanos, Inovação e Tecnologia, Marketing e Comunicação. Apesar de termos canais de comunicação muito estreitos e de entre as áreas de responsabilidade de cada um dos dez sócios existirem muitos pontos de contacto, é em reuniões de sócios periódicas que prestamos contas uns aos outros, debatemos pontos de vista e tomamos decisões de gestão estruturais em conjunto.

**Qual é a principal característica que um sócio deve ter para desempenhar da melhor forma o seu papel?**

Não há exatamente uma característica que nos habilite a desempenhar melhor o papel de sócio, mas acho que ajuda muito ter uma visão global e atenta da própria sociedade, do mercado, em especial, das pessoas, como somos vistos pelos nossos colegas e colaboradores, clientes, concorrentes. Devemos ser corajosos e arrojados e muito conscientes de que a vida profissional que escolhemos nunca está encerrada, é um constante *work in progress*.

**Apesar de no ano passado o número ter aumentado, qual considera ser o principal fator para existirem poucas mulheres em cargos de liderança nos escritórios de advogados?**

Nunca senti, nem por um segundo sequer, que o facto de ser mulher tivesse qualquer influência na progressão de carreira no escritório. Aliás, se em número de sócios somos seis mulheres para quatro homens, nas equipas de advogados essa realidade é ainda mais acentuada.

A SPS sempre promoveu as pessoas pelo seu mérito, independentemente de serem mulheres ou homens, todos temos características próprias mas concentramo-nos num objetivo comum.

**Integrou a SPS em 2001. Como têm sido os últimos 20 anos ao serviço do escritório?**

Na realidade foram vinte anos que passaram num estalar de dedos. Quando fazemos o que gostamos e concentrados em metas, não damos pelo tempo passar. Contribuir para fazer crescer uma sociedade em que trabalhavam dez ou doze pessoas, para uma empresa que sustenta mais de cem famílias é uma sensação incrível, uma sensação de que a missão do dia foi cumprida com o contributo de todos. Só possível com pessoas incríveis, clientes extraordinários que me acompanham desde o início da jornada, que se transformaram, cindiram, fundiram, mas sempre acompanharam e contribuíram para este crescimento.

**Com quase 25 anos de experiência, como descreve o seu percurso profissional?**

Comecei a trabalhar numa sociedade de

**"Contribuir para fazer crescer uma sociedade em que trabalhavam dez ou doze pessoas, para uma empresa que sustenta mais de cem famílias é uma sensação incrível"**

advogados logo que em 1997 saí da Faculdade de Direito de Lisboa. Trabalhávamos quase em exclusivo com Direito dos Seguros. Aí nasceu o gosto e a consciência de que esta seria a área onde trabalharia e me especializaria. Depois de fazer o estágio e ter sido convidada para integrar tal sociedade enquanto associada, começou a ser evidente que para crescer, desenvolver as minhas capacidades técnicas e perseguir objetivos maiores, o meu caminho teria que passar por outra sociedade.

Naquele que, até hoje, tenho como o momento de maior sorte que marca o início do meu percurso profissional soube em meados de 2001 que o meu (hoje) sócio, Pedro Malta da Silveira, precisava de alguém com experiência em seguros para substituir uma colega, sem hesitar, pus o meu CV num envelope dirigido diretamente a ele e esperei o seu telefonema. O telefonema aconteceu e comecei a trabalhar na SPS pouco depois, em julho de 2001. Fui convidada para sócia de indústria em 2006 e agora em 2021 para integrar o capital da sociedade. Tudo se desenrolou de forma natural, respeitando os *timings* da sociedade, sendo focada, empenhada, atenta e paciente, acreditando sempre que a decisão de fazer carreira na SPS havia sido a decisão certa.

**Qual o maior ensinamento que teve durante a sua carreira?**

A aprendizagem é constante e nas várias fases da carreira, algumas algo solitárias, os desafios são diferentes, mas nada nos ensina mais que as pessoas à nossa volta.







## "No imediato, com a Covid-19, diminuiu drasticamente o fluxo de negócio e a imprevisibilidade de retoma fez com que do lado do tomador de seguros houvesse contenção e alívio de compromissos"

Quem puxa por nós, quem nos empurra para trás, todos nos ensinam, mas no fim do dia com vontade, humildade, resiliência e perseverança aprendemos que só não conseguimos o que não queremos verdadeiramente.

**Foi recentemente referenciada na *shortlist* dos prêmios Women In Business Law na categoria de "Individuais", em Insurance and Reinsurance Lawyer of the Year. Como encara estas nomeações?**

Encaro com total tranquilidade. Acho, honestamente, que nenhum de nós trabalha para os reconhecimentos e para as nomeações e prêmios, mas quando estes aparecem são obviamente muitíssimo bem acolhidos e são motivo de orgulho e um estímulo para quem, como nós, tem vontade de fazer mais e melhor na nossa área.

**Como é que o departamento de seguros atravessou a tempestade da pandemia?**

Com a mesma preocupação que todas as outras áreas de negócio. Com alguma incerteza e sem antecipar que consequências a pandemia deixaria não só no setor em que mais trabalho, como em tudo no escritório, no país e no mundo.

Internamente e em equipa, disciplinamo-nos e organizámo-nos num modelo de trabalho à distância totalmente novo para todos, arrumámos a casa, limpámos pendências, procurámos formas alternativas de negociação, diversificámos o trabalho respondendo a todas as

novas necessidades que iam surgindo. O trabalho, maioritariamente judicial, deu lugar a mais trabalho de consultoria e assessoria. Foram meses muito intensos em que o empenho, espírito de equipa e solidariedade fizeram com que tudo parecesse passar mais rápido e facilitasse a retoma e recuperação para a vida aproximada à que tínhamos antes da pandemia.

**Qual foi o impacto da pandemia Covid-19 no setor dos seguros?**

No imediato, com a Covid-19, diminuiu drasticamente o fluxo de negócio e a imprevisibilidade de retoma fez com que do lado do tomador de seguros houvesse contenção e alívio de compromissos. Do lado das seguradoras nos ramos Não Vida, se é verdade que a sinistralidade desceu fortemente e o custo dos sinistros diminuiu, designadamente em seguros automóvel, multirriscos e até acidentes de trabalho, no ramo Vida foi notório o desinvestimento em produtos financeiros, resgates de seguros, indemnizações a clientes de produtos com taxas fixas e rendimento garantido, o que pesou no reforço de provisões e pesou certamente nos resultados de encerramento em especial em 2020 e 2021. Atualmente, assiste-se já à inversão desta tendência havendo já indicadores de crescimento que em algumas seguradoras é superior 20%, tanto em Não Vida como Vida, mantendo-se a diminuição do custo dos sinistros e ainda a menor sinistralidade. O futuro prevê-se otimista.

**Quais são os principais desafios da área de seguros?**

O desafio é diversificar. As recentes e constantes alterações legislativas desafiam seguradoras e advogados de seguros a estar atentos e a adaptar-se rapidamente a todas as exigências. Cada vez mais o *Legal & Compliance*, a assessoria e consultoria a par do trabalho de proximidade com o regulador e supervisor ganham espaço no trabalho de todos os dias.

**E quais os desafios no contencioso de seguros?**

O maior desafio é conseguir ser eficiente continuando a entregar trabalho de excelência. ●

# M&A e o sector tecnológico – um investimento só concentrado em start-ups?

Por **JOÃO DE TRAVASSOS**



Sócio da  
Travassos,  
Albuquerque &  
Associados

AS FUSÕES E AQUISIÇÕES, AS PRIMEIRAS TAMBÉM elas como fenómeno aquisitivo, representam, em qualquer setor, uma especial forma de crescimento e investimento. Não é por isso de estranhar que consequencial ao contínuo crescimento e importância do sector tecnológico, se assista a um considerável (e contínuo) aumento do número de transações tendo por base empresas deste sector.

Globalmente, de 2020 para 2021, o mercado de fusões e aquisições sofreu um aumento de 64% em número de transações, 71% desse aumento motivado pelo sector da tecnologia. Portugal não foi naturalmente exceção. Assistindo-se a um aumento de 31% em número de operações no geral, a especial nota vai para o aumento de 165% nas aquisições por entidade não nacionais no setor da tecnologia (e internet) comparativamente ao ano 2020. De realçar não estar em causa, longe disso, um investimento concentrado em *start-ups*, que pelo seu inerente conceito tecnológico potencialmente disruptivo, lhes confere uma natural, diríamos essencial, propensão aquisitiva – cuja tendência atual tem feito transparecer muitas vezes também a sua propensão especulativa – antes sim, e essencialmente, assiste-se a uma tendência mais alargada, um indiferenciado número de empresas de TIC (tecnologias da informação e comunicação) sejam elas de produtos ou serviços. Relevando que uma empresa tecnológica consolidada no mercado é invariavelmente lucrativa, tendo por isso a necessária liquidez e poder de investimento, temos lido que a pandemia e o consequente aumento do investimento alocado às tecnologias de informação e comunica-

**"Globalmente, de 2020 para 2021, o mercado de fusões e aquisições sofreu um aumento de 64% em número de transações, 71% desse aumento motivado pelo sector da tecnologia"**

ção por partes das empresas no geral, é apontado como elemento fundamental para este fenómeno.

Ora, se a pandemia abriu a porta a novas necessidades do tecido empresarial, seja pelo teletrabalho, reuniões virtuais, ou pela obrigatoriedade de manter e criar ferramentas interativas e apelativas para os clientes, parece-nos, contudo, que, contribuindo, não foi elemento determinante. Será preciso uma análise endógena do sector para concluir que são múltiplos os fatores que contribuem para esta tendência. Se, na base, temos uma cada vez maior dependência tecnológica (quase *tecnofilia*), onde a necessidade aumenta com o aumento da evolução da tecnologia - esta por defeito interminável - encontramos em Portugal fatores específicos para o sucesso.

Pegando na referida dicotomia de produtos e serviços, e começando por aqueles, assistimos a um contínuo incentivo à produção intelectual de novas soluções tecnológicas, que o favorece, e que caracteriza também o fenómeno *start-up*. Mas tanto por aqui, como nos serviços, o denominador comum, não deixará de ser a existência de recursos altamente especializados. Se temos assistido a aquisições cujo interesse se funda no produto intelectual, seja pelo seu valor atual ou mesmo potencial, Portugal encontra também no capital humano um elemento diferenciador. A capacitação técnica dos recursos neste sector, aliado ao seu baixo custo comparativo, acrescendo à nossa localização geográfica, ressalvada a carga fiscal, torna as empresas portuguesas altamente apetecíveis ao investimento estrangeiro, mas não só. Por outro lado, temos também uma maior permeabilidade a esse investimento que encontra justificação na figura do empresário típico deste sector, seja o jovem que quer enriquecer e levar a sua tecnologia ao mundo, seja quem encontre por aqui a forma mais fácil e eficaz de aumentar a sua capacidade competitiva neste mercado cada vez mais global. Parece-nos assim que a importância crescente do sector tecnológico no mercado de fusões e aquisições mais do que uma tendência é necessariamente uma certeza.

(Dados estatísticos: Refinitiv e TTR) ●

# VIAJE PELA HISTÓRIA COM A VILA GALÉ

RESERVE JÁ!



VILA GALÉ COLLECTION BRAGA

## CIDADES COM PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO



VILA GALÉ ÉVORA



VILA GALÉ COIMBRA



VILA GALÉ COLLECTION ELVAS



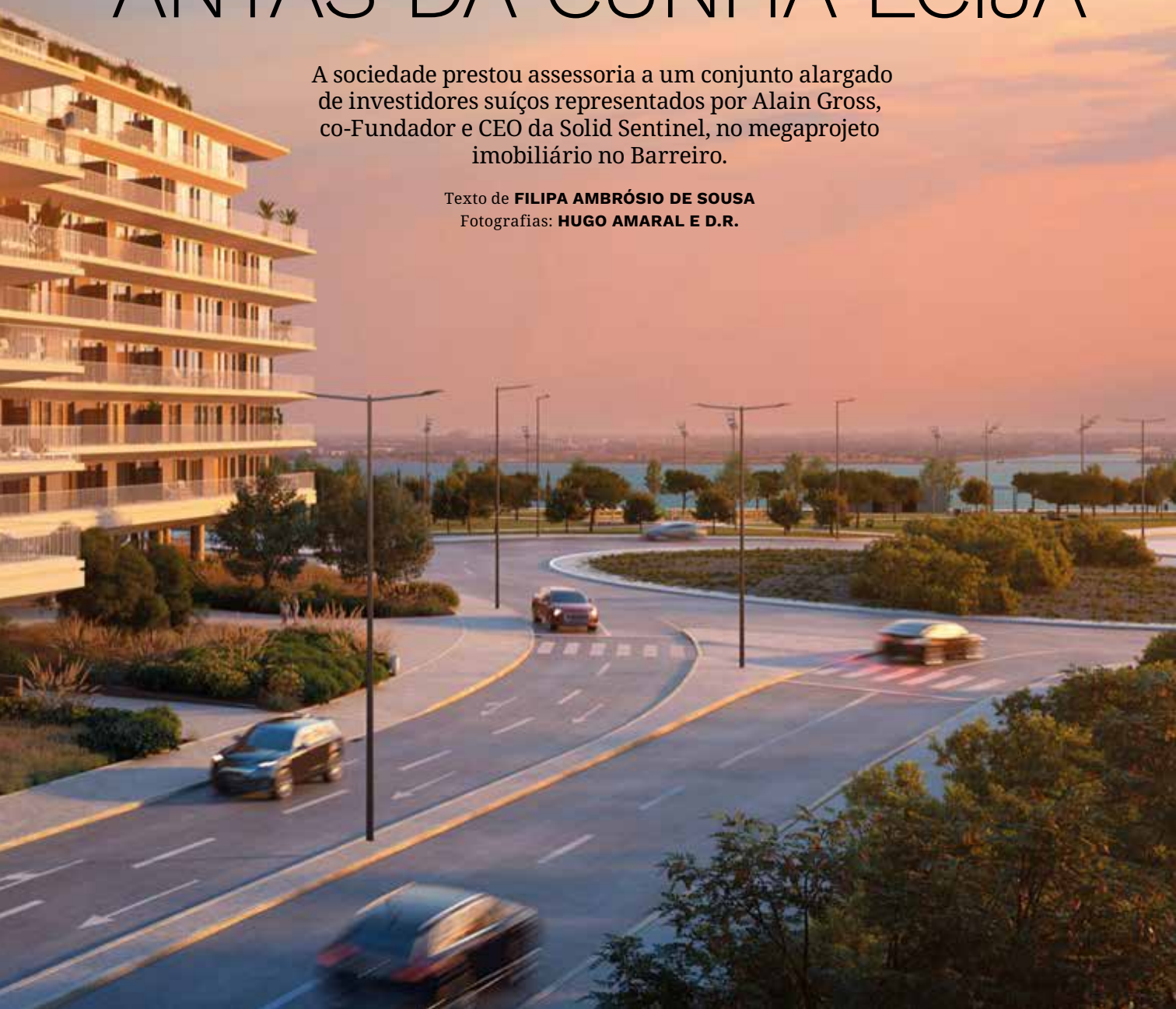


# 'NOOBA' CHEGA AO BARREIRO COM A ASSESSORIA DA ANTAS DA CUNHA ECIJA

A sociedade prestou assessoria a um conjunto alargado de investidores suíços representados por Alain Gross, co-Fundador e CEO da Solid Sentinel, no megaprojeto imobiliário no Barreiro.

Texto de **FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA**

Fotografias: **HUGO AMARAL E D.R.**



**A** Antas da Cunha Ecija foi a sociedade de advogados que prestou assessoria jurídica a um conjunto de investidores suíços representados por Alain Gross, Co-Fundador e CEO da Solid Sentinel, no âmbito do mega-projeto imobiliário que promotora suíça irá construir no Barreiro – o “NOOBA”. Um investimento de cerca de 180 milhões de euros, que se irá materializar na construção de 518 apartamentos de tipologia T1 a T5, com áreas entre os 60 e os 247 metros quadrados, e preços 40% a 50% mais baixos do que Lisboa.

A equipa da Antas da Cunha Ecija envolvida neste projeto, apresentado publicamente no passado dia 8 de março, foi coordenada por Henrique Moser, Sócio Responsável pela área de Direito Imobiliário e Urbanismo da Sociedade. “Dada a complexidade da transação e da montagem da estrutura societária e de financiamento, estiveram envolvidas neste assunto três áreas de prática da sociedade: Imobiliário e Urbanismo, Fiscal e Societário, num total de seis pessoas”, explicou à Advocatus o sócio.

O trabalho desenvolvido passou pela elaboração da estrutura societária



**Henrique Moser,**  
Sócio responsável pela área de  
Direito Imobiliário e Urbanismo  
da Antas da Cunha Ecija

e fiscal do empreendimento, mediação da relação entre acionistas, aquisição do loteamento, alteração ao loteamento e licenciamento da alteração ao loteamento, acompanhamento do licenciamento dos projetos, elaboração dos documentos contratuais de venda das frações autónomas e acompanhamento do financiamento à construção junto da respetiva Entidade Bancária.” Dada a multiplicidade dos ordenamentos jurídicos envolvidos decorrentes das diferentes jurisdições onde se encontram sedeados os veículos de inves-

timento”, segundo Henrique Moser, “diria que o maior desafio se prendeu com a coordenação desta matéria, que implicou compreensão e estudo de outros ordenamentos jurídicos de forma a que pudéssemos explicar aos investidores as diferenças face ao regime jurídico português, suas implicações e forma de aplicação”.

Estima-se que os primeiros dois edifícios (de um total de nove) – 127 apartamentos – fiquem concluídos dentro de dois anos. As obras arrancam já no início deste mês de maio. O projeto deverá ficar totalmente concluído dentro de seis a oito anos. “Trata-se de um processo que se iniciou no primeiro trimestre de 2020 e que ainda está em curso. Neste momento estamos a preparar o início da fase de construção e a comercialização dos apartamentos”, explicou a mesma fonte.

Que acrescenta que “se trata de um projeto com características muito singulares que certamente irá colocar a zona ribeirinha do Barreiro ‘nas bocas do mundo’”. E sublinha: “A avaliar pelos preços – que variam entre os 189 mil euros para um T1 e os 500 mil euros para um T5 -, acreditamos que os clientes serão sobretudo jovens, mas também algumas famílias”. O Sócio Responsável pela área de Direito Imobiliário e Urbanismo da Antas da Cunha Ecija termina, afirmando: “A procura de casas em Portugal continua em alta, contudo, é fundamental aliviar a atual pressão dos preços, sobretudo nos principais centros urbanos, como Lisboa e Porto. Nesse sentido, torna-se crítico promover a construção de novas habitações por forma a aumentar o parque habitacional português que, nos últimos anos, tem apresentado um crescimento muito aquém do expectável”.

O “NOOBA” foi idealizado pelo arquiteto Miguel Saraiva. Para além dos apartamentos, possui ainda uma piscina, uma pista de atletismo, jardins e áreas de lazer. Cada morador terá direito a um lugar de estacionamento e o empreendimento vai ter ainda





postos de carregamento para veículos elétricos. Todos os apartamentos do 'Nooba' terão varandas privadas ou terraços, e partilham um terraço com piscina e uma pista de jogging panorâmica de 100 metros, "com o objetivo de criar um sentido de comunidade e união entre os seus residentes". As plantas dos andares são diversas, no sentido de preencher as várias necessidades familiares, seja um escritório ou quarto extra, ou layouts inter-

nos flexíveis e modelares que permitem que um corredor seja também um escritório, seguindo a tendência do teletrabalho. "Este projeto é a gênese de uma revolução, ao representar muito mais do que um simples projeto imobiliário. Este projeto mostra a nossa ambição em redefinir o Barreiro, criando um novo estilo de vida para quem queira fugir da azáfama da cidade, mantendo a proximidade necessária", comenta Alain Gross. ●

**Estima-se que os primeiros dois edifícios - de um total de nove com 127 apartamentos - fiquem concluídos dentro de dois anos.**

# M&A e Venture Capital – um crescimento sustentado

Por PAULO BANDEIRA



Sócio da SRS Advogados

2021 FOI UM ANO EXTRAORDINÁRIO EM NÚMERO e volume de transações M&A. Depois de um ano de grande incógnita como 2020, todos esperávamos que 2021 fosse um ano de oportunidades para transações M&A de carácter mais oportunístico. A verdade é que assistimos em 2021 a um crescimento sustentado do número de transações no mercado e a manutenção das valorizações das empresas.

Neste contexto mostraram-se particularmente relevantes e ativos os fundos de private equity e venture capital com um total de mais de 90 transações realizadas em Portugal, com um valor superior a 2.700 milhões de euros de investimento.

Em particular, houve um aumento expressivo de transações no mercado de venture capital face a 2020, com um aumento do número de transações de 36 em 2020 para mais de 50 em 2021 e com um aumento do valor de investimento de 175 milhões de euros para cerca de 250 milhões em 2021 (na realidade, para mais de mil milhões de euros se considerarmos as startups portuguesas que fizeram levantamentos de capital nos Estados Unidos da América). Este valor recorde de investimento acabou por se traduzir em 2021 na criação de quatro novos unicórnios de matriz portuguesa, a Feedzai (com uma

valorização de mais de mil milhões de euros), a Remote (com uma valorização de mais de mil milhões de euros), a Sword Health (com uma valorização de dois mil milhões de euros) e a Anchorage (com uma valorização de três mil milhões de euros).

Tanto quanto o desenvolvimento de novos unicórnios, igualmente importante para o ecossistema de startups e de capital de risco em Portugal durante o ano de 2021 foi o facto de se terem registado um número recorde de *exits* (ou de aquisições de startups por parte de outras empresas).

Foi assim que vimos o Mercadão ser adquirido pelo unicórnio Glovo, a Huub pela gigante Maersk, a Cleverly pela Zendesk, a Zaask pela Worten ou, mais recentemente e com finalização já em 2022, a Prodsmart pela Autodesk.

Estas transações afiguraram-se especialmente importantes para o mercado português porque permitem a afirmação do ecossistema português de startups como um mercado maduro e a validação do modelo e ciclos de investimento nas empresas portuguesas. *Exits* potenciam novos investimentos, atraem novos investidores estrangeiros, permitem aumentar os valores das rondas de investimento e as valorizações nessas mesmas rondas, novos desenvolvimentos de produtos, novas patentes, as quais se traduzirão no futuro em novos *exits*. É, assim, um ciclo virtuoso que acaba por potenciar e alimentar todo o ecossistema.

As expectativas dos agentes do mercado em Portugal para 2022 é que o ritmo de crescimento verificado em 2021 se mantenha constante.

O número de transações no primeiro trimestre de 2022 mostrou-se consistente face aos valores de 2021, bem como os valores médios de investimento nas rondas de financiamento em Portugal se mantiveram constantes. Tudo isto acompanhado pelo registo de novos fundos de capital de risco em Portugal, alguns deles em áreas de futuro que privilegiam investimentos em novas economias como o mar ou com foco em projetos ESG (*Environmental, Social and Governance*). Estes últimos serão, sem dúvida, a grande tendência de investimento em 2022. ●





# Desafia as rugas.

**Novo.**



**Descubra o sérum que  
84% das mulheres que o experimentaram, afirmaram uma  
redução na aparência das rugas, mesmo as mais profundas.\***

Nem todas as linhas e rugas são criadas da mesma forma. Combata-as a partir de três ângulos distintos com o Complexo CL1870 Laser Focus:™ retinoide poderoso e ácido hialurônico. Mesmo as rugas mais profundas revelam uma aparência reduzida a partir de apenas 10 dias.

**Clinique Smart Clinical Repair™ Wrinkle Correcting Serum. A partir de 80€\*\***

\*Testes ao consumidor em 358 mulheres após 10 dias de utilização.

\*\*Preço indicativo para a capacidade de 30ml, sujeito a variação de acordo com o retalhista/perfumaria.

## CLINIQUE

**MAIO Legal**

# DEPOIS DA INTEGRAÇÃO DA SMCA, **A APOSTA** **EM NOVAS ÁREAS**

Luís Morais Cardoso, sócio da MAIO Legal, esteve à conversa com a *Advocatus* e contou todos os pormenores sobre a integração da SMCA. Com escritórios em Lisboa e no Porto, o advogado considera que as diferenças que tradicionalmente existiam entre ambos os mercados vão-se “esbatendo”. No futuro a firma pretende apostar nas áreas de financeiro e energia, e reforçar ainda as áreas de fiscal e de ambiente.

Texto **FREDERICO PEDREIRA**

Fotografias **HUGO AMARAL**





**SMCA**  
Sousa Pinto, Morais Cardoso & Associ  
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, S.P. R.L.



**F**undada em 2011, a MAIO Legal integrou recentemente na sua estrutura a firma SMCA – Sousa Pinto, Morais Cardoso & Associados, um passo que permite uma consolidação no território português. Com escritórios em Espanha - Madrid, Sevilha, Vigo, Saragoça -, a firma tem apostado na internacionalização tendo aberto um escritório na Cidade do México em 2014, de Queretaro em 2016, o China Desk em 2019, o Italian Desk em 2022 e agora os escritórios de Lisboa e Porto.

“A abertura dos escritórios de Lisboa e Porto constitui, diria, o passo natural dessa internacionalização, atendendo à crescente interligação das economias espanhola e portuguesa, ao número crescente de investimentos espanhóis em Portugal, mas também de investimentos portugueses em Espanha”, explicou à *Advocatus* Luís Morais Cardoso, sócio da MAIO Legal.

Com um escritório em Lisboa - liderado pelos advogados Luís Morais Cardoso e Paulo de Sousa Pinto - e outro no Porto - liderado pelo advogado Sebastião de Sousa Pinto -, o sócio considera que as diferenças que tradicionalmente existiam entre ambos os mercados vão-se “esbatendo” cada vez mais. “O norte do país e o Porto em particular tem crescido

muitíssimo nos últimos anos, revelando uma estrutura empresarial dinâmica, competitiva e sobretudo muito resistente, recolhendo muito investimento nacional e estrangeiro”, sublinha.

Os escritórios portugueses trabalham em estreita colaboração desde 2012 e, segundo Luís Morais Cardoso, a advocacia que praticam hoje em dia é semelhante. “Ainda que estejamos atentos às singularidades dos respetivos mercados e à exigência de um tratamento personalizado de cada cliente e uma atenção profunda às suas necessidades específicas, a nossa grande preocupação é, sobretudo, prestar o mesmo serviço de excelência a qualquer dos nossos clientes, quer os mesmos estejam em Lisboa, no Porto, em Madrid, em Sevilha, na Cidade do México”, acrescentou.

Sobre a integração da SMCA na MAIO Legal, o sócio sublinha que o objetivo é poder continuar a proporcionar aos clientes um “acompanhamento jurídico de excelência, muito próximo, com profundo conhecimento das realidades jurídicas das jurisdições portuguesa, espanhola e mexicana sempre que os mesmos pretendam avançar para estes mercados”.

Confiante que esta nova aposta vai permitir um crescimento da sociedade, Luís Morais Cardoso garante que a MAIO Legal tem vindo a crescer de forma “muito sig-





nificativa” desde 2011, tanto em relação ao número de escritórios e países onde está presente, como em relação número de clientes, colaboradores e faturação.

“Ainda durante o ano de 2022 é expectável a abertura de novos escritórios da MAIO Legal em Espanha. No caso de Portugal estamos muito otimistas e confiantes e as nossas projeções apontam para um crescimento muito significativo, mas sempre de forma sustentada”, acrescentou.

#### APOSTA NAS ÁREAS DE FINANCEIRO E ENERGIA

Confiança, ética, competência, independência e responsabilidade. São estes os cinco principais valores que regem a MAIO Legal, em particular os escritórios portugueses. Para Luís Morais Cardoso, sem estes princípios nenhuma sociedade de advogados conseguirá “afirmar-se de forma estável”.

“Tendo presentes estes valores, que consideramos basilares, a nossa missão é

prestar o melhor serviço jurídico possível aos nossos clientes, estando atento às suas necessidades, e providenciando as soluções mais eficazes, reais e práticas”, assegurou o sócio.

À *Advocatus*, Luís Morais Cardoso refere que os objetivos traçados estão a ser cumpridos, sendo o principal a internacionalização através da integração na MAIO Legal.

“Aquando da fusão ocorrida em 2018 entre as sociedade Sebastião de Sousa Pinto & Associados, do Porto, e SMCA, de Lisboa, visámos, por um lado, aumentar a nossa presença no território nacional, ganhar massa crítica, e otimizar recursos complementando as especialidades de ambos os escritórios. Por outro lado colocamos também como objetivo a breve prazo a nossa internacionalização por forma a acompanhar o movimento de muitos dos nossos clientes que pretendiam investir noutros mercados”, explicou.

Com o foco na internacionalização, ini-

ciaram negociações com a MAIO Legal, tendo existido desde o início uma grande identificação entre as partes. Desde na cultura dos escritórios, na forma como veem a advocacia, como querem trabalhar, mas também na ambição e projeto que desejavam.

“A decisão de integrar a MAIO Legal resultou assim de um processo longo e muito ponderado. Ao dia de hoje posso dizer que os objetivos têm sido cumpridos, e atendendo a este mercado tão competitivo como é o da advocacia, só podemos estar satisfeitos com o que conseguimos até aqui. Claro que, como somos ambiciosos, assim que cumprimos um objetivo estabelecemos novas metas. Por isso temos sempre novos objetivos a cumprir”, garante o sócio.

Com 12 profissionais a compor a MAIO Legal Portugal, o escritório define-se no mercado da advocacia como “competente, confiável, responsável e ambiciosa”. “São quatro simples palavras, mas



## "O crescimento da sociedade não pode pôr em causa, de forma alguma, aquilo que nos tem diferenciado ao longo dos anos, isto é, a resposta personalizada, célere, competente e objetiva às questões e preocupações dos nossos clientes"

o seu significado é imenso. Repare que um advogado que não seja competente, confiável, ou responsável pode destruir aquilo que levou anos (ou décadas) a construir por uma sociedade de advogados. Um advogado que não seja competente, confiável e responsável nunca poderá prestar um bom serviço ao cliente", explicou.

A ambição é outra característica fundamental apontada pelo sócio, sendo esta que os levam a querer ser "melhores", a "crescer", a "aprender sempre mais" e a "prestar cada dia um melhor serviço ao cliente". "Uma sociedade sem ambição está fadada ao fracasso", acrescenta.

A firma presta assessoria nas áreas de direito societário, fiscal, laboral, imobiliário, contencioso e público, tendo os escritórios de Lisboa e Porto assistido a um crescimento considerável nas áreas do imobiliário, laboral e societário. "Crescemos, igualmente, noutras áreas, como por exemplo, na fiscalidade e no contencioso, mas as primeiras têm vindo a crescer de forma mais exponencial. Isto deve-se naturalmente ao forte investimento estrangeiro a que Portugal tem assistido nos últimos anos", notou o advogado.

No futuro a MAIO Legal pretende apostar nas áreas de financeiro e energia, e reforçar ainda as áreas de fiscal e de ambiente. "O nosso objetivo passa por integrarmos todas as áreas do di-



reito, apostando cada vez mais num escritório multidisciplinar", sublinhou.

### "TEMOS QUE SABER ENFRENTAR AS 'DORES DE CRESCIMENTO'"

Luís Morais Cardoso avançou que os próximos passos do escritório são crescer de forma sustentada, contratar de forma muito criteriosa à medida que vão crescendo em número de clientes e apostar em áreas que ainda não implementaram.

"Para termos uma boa implementação no mercado, é essencial mantermos os níveis de exigência com que sempre nos pautámos na seleção dos advogados que integram a nossa sociedade", acrescentou.

Nos próximos anos, o sócio acredita que irá haver um crescimento ainda maior do número de escritórios da MAIO Legal, do

número dos colaboradores, clientes e faturação e à entrada em novos mercados, sempre que as necessidades dos clientes o exijam.

"Temos vários desafios pela frente. Diria que a nossa grande preocupação, para a qual todos os nossos advogados estão absolutamente cientes, é que o crescimento da sociedade não pode pôr em causa, de forma alguma, aquilo que nos tem diferenciado ao longo dos anos, isto é, a resposta personalizada, célere, competente e objetiva às questões e preocupações dos nossos clientes, fornecendo as melhores e mais adequadas soluções jurídicas às preocupações concretas dos nossos clientes. Disso não abdicaremos nunca, pelo que temos que saber enfrentar e ultrapassar as chamadas 'dores de crescimento'", concluiu. ●

# M&A em tempos conturbados: o que já sabemos e o que podemos antecipar

Por RUI BELLO DA SILVA



Associado sênior da J+Legal

COMECEMOS POR AQUILO QUE SABEMOS.

2021 revelou um aumento significativo das operações com empresas de *private equity* (PE). Em Portugal, o volume de *deals* aumentou, ainda que o seu valor tenha diminuído (dados da Mergermarket). Estes resultados ocorreram em plena pandemia da Covid-19, o que demonstra a resiliência das empresas e dos investidores. Para os diferentes *players* do setor, estes dados são otimistas e estimulantes.

Mas 2022 trouxe um outro desafio: a inflação. A pandemia da Covid-19, mas, sobretudo, a guerra na Ucrânia, vieram alterar a tendência histórica de juros baixos, fenómenos diretamente relacionados com o aumento da massa monetária, a subida do preço das matérias-primas e energéticas, e a manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais, aumentando o preço das *commodities*.

O aumento das taxas de juro (eventual fenómeno conjuntural e não estrutural) começa a pôr pressão nos fundos de PE, por eventuais alterações de comportamento dos *limited partners* (LPs), posto que com a desaceleração da economia, o poder de negociação começa a transferir-se dos *general partners* (GPs) para os LPs, a que acresce um maior escrutínio, incluindo o aumento das exigências regulatórias de transparência, sobre as estruturas de custos (*management fees*), com particular incidência sobre os GPs mais pequenos, que terão maior dificuldade em comprimir os *fees*. Contudo, se se mantiver o efeito de *hockey stick* e com as taxas de juro a regressarem aos níveis anteriores, a referida pressão poderá espalhar-se. Parece-me inevitável que a conjugação destes diversos fatores leve a que o perfil de risco/retorno e que a estrutura de custos dos GPs estejam na ordem do dia, independentemente de os juros aumentarem ou estabilizarem. O que variará é o horizonte temporal da sua materialização.

## Posto isto, o que podemos antecipar?

Desde logo, um eventual alargamento do horizonte do investimento.. Com investimentos a 5/6 anos e resultados do crescimento/*turnaround* a terem que se manifestar logo nos primeiros anos, os GPs

(e os *targets*) irão necessitar de uma gestão mais ativa e sofisticada, até para manterem o alinhamento de incentivos entre LPs e os gestores dos fundos, a que acresce uma ainda maior democratização dos investidores em PE e a forma como levantam capital. 2021 consolidou (e 2022 tem continuado a consolidar) uma tendência de maior interesse nas áreas de energia, IT e *healthcare*, e com um foco crescente em fundos ESG. Em 2022, o que estará em causa não é a viabilidade das diferentes indústrias, mas sim a sua trajetória de crescimento e, indiretamente, a atual estrutura de custos. Para os LPs, isto podem ser boas notícias porque representa uma oportunidade para (re) negociar com os GPs as suas rentabilidades e *fees*.

Quanto à atividade de M&A, o que podemos antecipar, com base no 1.º trimestre: maior utilização do mecanismo de *completion accounts*, em detrimento do *locked box mechanism*, reflexo da alteração de paradigma para um mercado mais *buyer friendly*; *timings* das transações cada vez mais reduzidos, devido a um mercado competitivo, menos custos e diminuição na incerteza dos preços; regresso dos *earn outs*; maior utilização de mecanismos de retenção de preço para reclamações e aumento dos *caps* de responsabilidade. Relativamente ao mercado português, continuamos a ter EBITDAs pouco atrativos para PEs estrangeiros, mas, apesar do aumento das taxas de juro e da inflação, 2022 continua a revelar-se um ano positivo para o M&A, motivada pela elevada liquidez do lado da procura, apenas podendo ser refreada pela subida das taxas de juro, que incrementará os custos para financiar operações de M&A. E do lado dos proprietários dos ativos também se impõe aproveitar o momento, com algum realismo, antes que possa ser tarde.

Em conclusão, as perspetivas ainda são positivas, mas podem inverter-se a qualquer momento, em função das condições sanitárias, financeiras e geopolíticas. E sendo a nossa uma economia periférica, será das primeiras a sentir a alteração de paradigma, caso ocorra. Por isso, a prudência continua a ser boa conselheira, sobretudo para GPs, pois os LPs podem tornar-se mais exigentes. ●



capital  
verde

A primeira plataforma  
de jornalismo  
especializada em  
**sustainable  
finance e  
green economy**

[capitalverde.pt](https://capitalverde.pt)

PARCEIROS FUNDADORES

Abreu:  
advogados



APREN



ctt



EY  
Building a better  
working world

Millennium  
BIC

Montepio Crédito

PL  
MJ

REN  
Renewable Energy Network

Santander

SUPER  
BOCK  
GROUP



# ESTA É A CORPORATE ART COLLECTION DA FUNDAÇÃO PLMJ

Pintura, desenho, escultura, fotografia e vídeo. Criação artística nas suas diversas formas que torna uma sociedade de advogados numa galeria de arte.

Texto e Fotografias  
**HUGO AMARAL**



**P**ode uma sociedade de advogados ser um espaço de promoção cultural? Pode. É esta uma das motivações da PLMJ e da sua Fundação quando há cerca de duas décadas deram início à coleção de arte contemporânea que, atualmente, conta com um catálogo de 1300 obras.

Inicialmente, a coleção de arte da Fundação PLMJ incorporava meios de expressão artística como a pintura, o desenho e a escultura, mas cedo alargou o seu raio de ação para a divulgação de núcleos de fotografia e vídeo e também de outras formas de expressão plástica e visual.

A divulgação de artistas emergentes nacionais é uma das principais missões da Fundação PLMJ e à medida que a sociedade de advogados se internacionalizou na última década, também a Fundação alargou o acompanhamento da criação artística de autores lusófonos da comunidade dos países de língua portuguesa.

Com isto, a *corporate art collection* da PLMJ vem ganhando reconhecimento







## A coleção da Fundação é partilhada e usufruída por todos os colaboradores e advogados da PLMJ e as suas obras encontram-se “espalhadas” pelo escritório.

nacional e internacional ao longo dos anos, quer pelo valor da coleção em si, quer pelo desenvolvimento de iniciativas de restauro e conservação de obras de arte, parcerias com outras entidades para a promoção artística e até mesmo doação de obras.

A coleção da Fundação é partilhada e usufruída por todos os colaboradores e advogados da PLMJ, e as suas obras encontram-se “espalhadas” pelos espaços comuns, gabinetes e salas dos vários escritórios da sociedade. Nestas páginas pode ver a galeria situada no escritório da Av. Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, espaço que a PLMJ ocupa desde 2019. ●







**Liliana Mota Soares**

CTM Advogados

**JPAB - José Pedro Aguiar Branco Advogados**

Liliana Mota Soares transitou da CTM Advogados para a área de Contencioso e Civil da JPAB, enquanto associada.

**Mafalda Lemos Cardoso**

Abel Cardoso, Catarina Carvalho, Esteves de Aguiar & Associados

**JPAB - José Pedro Aguiar Branco Advogados**

A nova associada da JPAB – José Pedro Aguiar Branco Advogados, Mafalda Lemos Cardoso, reforçou a equipa de laboral.



## março/abril

**Jorge Ribeiro Mendonça**

Caiado Guerreiro

**Cerejeira Namora, Marinho Falcão**

Jorge Ribeiro Mendonça reforçou as áreas de Corporate, Público e Laboral da Cerejeira Namora, Marinho Falcão, como *of counsel*. O advogado transita da Caiado Guerreiro.



**Sílvia Costa Oliveira**

Pereira Branco & Associados

**RSN Advogados**

Transitando da Pereira Branco & Associados, a advogada reforçou a área de Direito Societário & Reestruturações da RSN Advogados.





### Joana Whyte

Next Lawyers



### TELLES

A TELLES integrou a advogada Joana Whyte que veio reforçar a equipa de Europeu e Concorrência, enquanto associada.

**JPAB** | José Pedro  
AGUIAR-BRANCO  
Advogados

A JPAB – José Pedro Aguiar Branco Advogados reforçou a área de Contencioso e Civil com Liliana Mota Soares e a área de laboral com Mafalda Lemos Cardoso.



### Miguel Duarte Santos

Nobre Guedes  
& Associados



### SPS Advogados

Miguel Duarte Santos é a aposta da SPS para autonomizar as áreas de direito regulatório, compliance financeiro e consultadoria. O *of counsel* transita da Nobre Guedes & Associados.





### O livro favorito

O “O velho e o mar”, de Ernest Hemingway.

### O filme que nunca perde...

Pela originalidade e genialidade de Quentin Tarantino, diria “Pulp Fiction” de 1994.

### Uma série de sempre...

O meu destaque vai para **Breaking Bad** de Vince Gilligan.

### Na secretária nunca falta(m)...

Bolachas de água e sal e um copo de água!

### A viagem de eleição...

Cada viagem tem uma história e um enredo diferente. Para mim, a viagem de eleição é sempre aquela que ainda não se fez. Daquelas já protagonizadas, destacaria **África do Sul, Líbano e EUA.**



João Ricardo  
Nóbrega

É sócio da **RSA - Raposo Subtil & Associados**, desde 2007, com experiência essencialmente nas áreas de imobiliário e veículos de investimento.

**ESTAS SÃO AS SUAS ESCOLHAS!**

### Uma memória...

Ao longo de quase 20 anos de profissão há necessariamente muitos processos que nos marcam, quer pelo sucesso extraordinário do resultado para o cliente, quer pela complexidade e desafios que os mesmos encerram. Na minha área de prática, destacaria a **estruturação e compra de um Grupo Hoteleiro de primeira linha**, em virtude do trabalho de equipa e multidisciplinar que teve de ser desenvolvido com o cliente e demais assessores.

### A primeira coisa que faz quando acorda...

Escovar os dentes e depois fazer a ronda pelos quartos dos meus filhos para dar “a alvorada”!

### O primeiro despertador toca às...

**6h50** e depois de uns bons 10 minutos de luta contra o buzzer, consinto a vitória e levanto-me.

### Para começar bem o dia nada melhor do que...

Um bom treino de ténis, bem cedo e sem telemóveis a tocar.

### A primeira coisa que faz quando chega a casa...

Descalçar os sapatos, colocar umas pantufas e mudar de roupa, isto claro, depois de ir dar o beijinho da praxe a todos os presentes.

### Os tempos livres são para...

Jogar ténis e viajar em família.



UM LEMA DE VIDA...

*Ver sempre o copo meio cheio, sorrir e acreditar que é sempre possível fazer melhor.*

# FundosEuropeus.pt

O ECO lançou o FundosEuropeus.pt, uma nova marca de informação económica e empresarial especializada nas áreas dos programas comunitários de apoio ao investimento empresarial, no momento em que arranca o novo Quadro Financeiro Plurianual 2020/2030 e também o Next Generation EU (o plano de recuperação e resiliência para ultrapassar a crise da pandemia).

O FundosEuropeus.pt, para além do seu papel de escrutínio à utilização de fundos comunitários, dá aos agentes económicos o acesso a informação rigorosa, credível e independente, e em tempo útil, sobre os programas disponíveis, as condições de acesso e as métricas de avaliação definidas.

## Parceiros

**Abreu:**  
advogados

 Banco  
Empresas  
Montepio

BUSINESS  
AT SPEED 

  
pwc

[fundoseuropeus.pt](https://fundoseuropeus.pt)



# SÍTIO

## VALVERDE



Um oásis no coração da cidade.

*Avenida da Liberdade nº164*

*210 940 300*

*[www.valverdehotel.com](http://www.valverdehotel.com)*

